



RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LARISSA RODRIGUES CAMPOS

**O TRABALHO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL – FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA
CARENTE (FACC): TENSÕES, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS.**

FORTALEZA
2018

LARISSA RODRIGUES CAMPOS

O TRABALHO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL –
FRENTE DE ASSISTENCIA À CRIANÇA CARENTE (FACC): TENSÕES,
CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro.

FORTALEZA
2018

LARISSA RODRIGUES CAMPOS

O TRABALHO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL –
FRENTE DE ASSISTENCIA À CRIANÇA CARENTE (FACC): TENSÕES,
CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro (Orientador)
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Esp. Adryana Estácio Trummer
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Ms. Aline de Araújo Martins
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

A Deus.

Zuleide Rodrigues Fontenelles, Francisco
Augusto Campos, Raimundo Benedito Rios
Fontenelles, Alexandra Rodrigues
Fontenelles, M^a Benedita Rios Fonteles.

Aos meus professores.

Todos os amigos da F.A.C.C.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis, sobretudo ao longo desses quatro anos de luta pessoal dedicados à formação acadêmica em Serviço Social.

Agradeço também a professora Lauriene Rodrigues Marreiro, pela excelente orientação, cuidado, e esforço de contribuição para a construção deste trabalho de conclusão de curso.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Esp. Adryana Estácio Trummer e Prof. Ms. Aline de Araújo Martins, por dedicarem seu tempo para oferecer contribuições valiosas necessárias ao aprimoramento deste trabalho científico e de minha formação profissional.

Aos profissionais da Frente de Assistência à Criança Carente - (FACC), especialmente aqueles que aceitaram participar da pesquisa de campo, pelo tempo, compromisso e compartilhamento de experiências concedido durante entrevistas e por todas as contribuições generosas advindas do trabalho que realizam cotidianamente na luta pelos direitos de crianças e adolescentes. Esta experiência foi fundamental para meu crescimento pessoal e profissional.

Aos colegas da turma 109 do curso de graduação em Serviço Social pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Agradeço a Faculdade Ratio, por sua contribuição nesse processo de formação em especial a coordenadora do curso Virzângela Paula Sandy Mendes pela sua participação na construção desse Trabalho de Conclusão de Curso.

“O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente, é preciso resistir e sonhar”.

(Iamamoto)

RESUMO

Presenciamos um cenário atual de aprofundamento da crise capitalista em escala global. Neste contexto, os Estados nacionais latino-americanos e em especial o Brasil, experimentam um processo de exploração e desemprego estrutural com impactos significativos nas lutas sociais organizadas pela sociedade civil e pelos movimentos sociais. Diante deste cenário, resolvemos trazer para o centro da análise deste trabalho científico, os desafios apresentados no cotidiano de trabalho da equipe multiprofissional que atua em Organizações não governamentais, tendo como foco a ONG Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) que atua há trinta anos em Fortaleza/CE na luta pelos direitos de crianças e adolescentes. Quanto ao objetivo geral: Analisar em que consiste o trabalho dotado ao profissional Assistente Social. Quanto aos objetivos específicos destacamos: Identificar as principais demandas apresentadas pela população junto à equipe. Compreender quais os principais ações estratégicas desenvolvidas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Analisar qual a percepção política dos profissionais para proteção social de crianças e adolescentes na conjuntura contemporânea. Quanto à metodologia, será pesquisa qualitativa, tipo bibliográfico e de campo, observação simples e entrevistas semiestruturadas aplicada junto aos assistentes sociais, educadores sociais e coordenadores que trabalham na FACC. Quanto aos principais resultados da pesquisa destacamos: Que o profissional de Serviço Social na FACC é requisitado para criar e elaborar projetos e ações e realizar planejamentos e intervenções capazes de atender às múltiplas expressões da questão social, organizadas em demanda institucionais. Quanto aos principais desafios postos ao trabalho do Assistente Social, registramos: desenvolver processos que colaborem com a capacitação continuada e com a qualificação dos profissionais mediante poucos recursos financeiros e a precarização do processo de trabalho, garantir e efetivação dos direitos sociais de crianças e adolescentes, priorizar valores éticos previstos no Projeto Ético-Político. Quanto aos avanços alcançados pela profissão neste processo de trabalho destacamos: Compromisso com o fortalecimento de processos de militância profissional histórica presente na experiência da equipe de trabalho, direcionada ao campo dos direitos humanos, fortalecimento de processos democráticos e na participação popular junto às comunidades, famílias e indivíduos atendidos pela FACC.

Palavras-chave: ONGs. Serviço Social. Criança e Adolescente.

ABSTRACT

We are witnessing a current scenario of deepening the capitalist crisis on a global scale. In this context, Latin American national states, especially Brazil, experience a process of exploitation and structural unemployment with significant impacts on social struggles organized by civil society and social movements. Given this scenario, we decided to bring to the center of the analysis of this scientific work the challenges presented in the daily work of the multiprofessional team that works in Non Governmental Organizations, focusing on the NGO Front for Assistance to the Child in Need (FACC) that has been working for thirty years in Fortaleza / CE in the struggle for the rights of children and adolescents. Regarding the general objective: To analyze the work of the Social Worker. With regard to the specific objectives we highlight: Identify the main demands presented by the population next to the team. Understand the main strategic actions developed to guarantee the rights of children and adolescents. To analyze the political perception of professionals for the social protection of children and adolescents in the contemporary context. As for the methodology, it will be qualitative research, bibliographic and field type, simple observation and semi-structured interviews applied to social workers, social educators and coordinators working at the FACC. Regarding the main results of the research, we highlight: That the Social Service professional at FACC is required to create and elaborate projects and actions and to carry out plans and interventions capable of attending to the multiple expressions of the social question, organized in institutional demand. Regarding the main challenges faced by the social worker, we recorded: developing processes that collaborate with the continuous training and qualification of professionals with little financial resources and the precariousness of the work process, guaranteeing and realizing the social rights of children and adolescents, prioritize ethical values foreseen in the Ethical-Political Project. Regarding the advances achieved by the profession in this work process, we highlight: Commitment to the strengthening of processes of historical professional militancy present in the work team experience, directed to the field of human rights, strengthening of democratic processes and popular participation among communities, families and individuals served by the FACC.

Keywords: NGOs. Social Service. Child and teenager.

LISTA DE TABELA

| | |
|--|----|
| TABELA 1- Levantamento quantitativo do Projeto Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) | 24 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADOC - Abrigo Desembargador Olívio Câmara
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
CEBES - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
COMDICA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
FACC - Frente de Assistência à Criança Carente
FASFIL - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB - Lei de Diretrizes Básicas da Educação
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
ONG - Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSC - Organização da Sociedade Civil
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNCFC - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PNE - Plano Nacional de Educação
PPCAAM - Programa de Proteção a Criança e Adolescente Ameaçadas de Morte
SDH - Secretaria de Desenvolvimento Humano
SEJUS - Secretaria da Justiça e Cidadania
STDS - Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
SUS - Sistema Único de Saúde
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. TRAJETORIAS DO PERCURSO INVESTIGATIVO | 15 |
| 2.1. Trajetórias para a construção do objeto de pesquisa: da vida religiosa e comunitária à pesquisa | 16 |
| 2.2. Aspectos Metodológicos | 20 |
| 2.3. Relato da pesquisa de campo e perfil dos sujeitos entrevistados | 22 |
| 3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL | 30 |
| 3.1. Breve reflexão sobre movimentos sociais e lutas sociais: múltiplos interesses | 30 |
| 3.2. O surgimento das ONGs cidadãs década de 90 e a luta pela infância | 34 |
| 3.3. Avanços legais na defesa dos direitos das crianças e adolescentes: breves apontamentos | 37 |
| 4. REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: UM OLHAR SOBRE A FACC | 41 |
| 4.1. Entre desafios, tensões e contradições: Narrativas dos trabalhadores que atuam pela defesa de direitos a infância na FACC | 41 |
| 4.2. Aproximações teórico-conceituais sobre a atuação do Assistente Social na cena contemporânea e, as especificidades do Serviço Social nas Organizações Não Governamentais | 44 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 55 |
| REFERÊNCIAS | 57 |
| APÊNDICE | 59 |
| ANEXO | 62 |

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são expressões técnicas que designam ações coletivas de grupo seja para defender ou promover algo, que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico, permeado por tensões sociais. Tem como finalidade conseguir transformações sociais a partir da luta política. São de extrema importância, porque cobram mudanças, reivindicam transformações, mostram quando o povo não está satisfeito com as medidas adotadas pelos governantes.

Diante dos diversos interesses dos movimentos sociais relacionados às lutas sociais, existem diversas expressões da questão social, tais como: Mulheres, Negros, Juventude, LGBTTs, Movimentos afros e indígenas, entre outros, não menos importante os movimentos que lutam pela infância. Dentre as múltiplas expressões da questão social, nos chama atenção os indicadores que relevam a situação da infância no Brasil.

Segundo o site da Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil de acordo com a UNICEF (2015) apontam os desafios relacionados à infância nos 25 anos do ECA. Ainda no mesmo, a ONU faz uma alerta segundo a UNICEF (2015) que,

“muitas crianças e adolescentes estão sendo deixados para trás em razão de sua raça ou etnia, condição física, social, gênero ou local de moradia”. “[...] crianças indígenas, por exemplo, estão entre as mais vulneráveis. Elas têm duas vezes mais risco de morrer antes de completar um ano do que as outras crianças brasileiras e estão entre os grupos mais vulneráveis em áreas como educação”.

Outro desafio apresentado pelo UNICEF (2015) é o da exclusão escolar. Mais de 3 milhões de crianças e adolescentes ainda estão fora da escola (Pnad, 2013). Ainda de acordo com a UNICEF (2015):

“Os excluídos da educação representam exatamente as populações marginalizadas no País: são pobres, negros, indígenas e quilombolas. Muitos deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar”. [...] “O País ainda está longe de alcançar a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 5, que estabeleceu o número de mortes diretamente ligadas à gravidez para 35 por 100 mil nascidos vivos”.

Diante dos desafios postos na infância com crianças e adolescentes, muitos setores da sociedade civil organizada se mobilizam para o seu enfrentamento. Num cenário complexo de diferentes projetos e perspectivas que revelam as contradições de uma sociedade que atravessa tensões e contradições da luta de classes. Este processo de mobilização social,

observando sobre tudo após o processo de redemocratização no país, impulsionou a criação e expansão de muitas ONGs direcionadas para a luta de direitos de crianças e adolescentes.

No Brasil, observa-se uma diferença ideo-política e histórica entre as ONGs, que são as chamadas organizações de terceiro setor e OCIPS. Estas últimas experimentaram uma expansão no início da década de 1990, num contexto de implantação das diretrizes neoliberais no Brasil, sobretudo, na primeira fase do Governo de Fernando Henrique Cardoso, em que o Estado brasileiro convoca a sociedade civil para ações de solidariedade como forma de minimizar os efeitos da desigualdade social.

No artigo da autora Fuziwara no texto *Lutas sociais e direitos humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação*, segundo Sales (2006, p. 210-211) afirma que:

É mister, portanto, compreender a situação da infância e adolescência como uma expressão da questão social, logo em conexão com os demais desafios sociais do país, e o papel do conjunto de atores sociais vinculados à luta pela garantia dos seus direitos, assegurando-lhe a centralidade e visibilidade devidas. Pois como diria Mendes, “o que está em jogo, em última instância, é o tema da democracia e da cidadania [...]. Ninguém que fale da infância, do ponto de vista do paradigma da proteção integral, deixa de falar em democracia. Mas são poucos aqueles que, falando de democracia, falam de infância”.

O interesse em estudar sobre organizações não governamentais veio com o intuito de compreender como se dá esse processo de trabalho, especificamente com captação de recurso, pois já tínhamos uma breve noção sobre a relação entre Estado e instituições sociais, entendendo que esse processo de trabalho é desafiador e militante nesse desafio de lutar por direitos sociais e fiscalizar esse quadro de desarranjos sociais que enfrentamos atualmente.

A relação com o projeto social Frente de Assistência à Criança Carente no bairro do São João de Tauape, em Fortaleza/CE, aconteceu durante o período final de 2017/2018 de um ano em que estudamos toda a metodologia política e funcional de enfrentamento da questão social vivida pela comunidade, como o alto índice de envolvimento com drogas e violência dos adolescentes e a carência de desenvolvimento sócio educacional com crianças. A FACC está inserida em Fortaleza há cerca de três décadas e faz um trabalho comunitário muito forte com as famílias e crianças.

A Frente de Assistência à Criança Carente - (FACC) têm 30 anos de atuação, sendo do campo das ONGs Cidadãs da Sociedade Civil que trabalha na garantia dos direitos da criança e adolescentes e, na efetivação desses direitos humanos incutidos na comunidade do São João do Tauape e no Lagamar, onde as crianças são assistidas e educadas numa perspectiva da cultura de paz e no resgate dos excluídos que necessitam de cuidado e assistência. Seu início foi marcado por traços assistencialista, no entanto, com a efervescência dos movimentos

sociais teve essa nova reconfiguração na sua história gerando uma série de impactos para nossa sociedade contemporânea.

Temos como objetivo geral analisar os desafios apresentados no cotidiano de trabalho da equipe multiprofissional que atua em Organizações não governamentais, tendo como foco a ONG Frente de Assistência à Criança Carente (FACC), que atua há trinta anos em Fortaleza - CE na luta pelos direitos de crianças e adolescentes.

Quanto aos objetivos específicos, destacamos: Analisar em que consiste o trabalho dotado ao profissional Assistente Social; Identificar as principais demandas apresentadas pela população junto à equipe; compreender quais as principais ações estratégicas desenvolvidas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e, analisar qual a percepção política dos profissionais para a proteção social de crianças e adolescentes na conjuntura contemporânea.

Quanto à metodologia da pesquisa, que teve como foco compreender o universo dos significados do trabalho profissional de Assistentes Sociais e trabalhadores da FACC, escolhemos uma abordagem qualitativa a partir de pesquisas do tipo bibliográfico e de campo, através da aplicação de entrevista semiestruturada e observação simples realizada junto aos Assistentes Sociais, Educadores sociais, Pedagogos e a presidente. Como instrumentos auxiliares à pesquisa, fizemos uso de diário de campo, roteiro para entrevista e gravador de celular.

A relevância desse estudo está na necessidade de refletir sobre as tensões e desafios que os profissionais enfrentam no seu exercício profissional no âmbito das ONGs e dos movimentos sociais, tendo em vista que o indicador de pesquisa em Serviço Social demonstra que, mesmo num cenário de desmonte de direitos sociais, o interesse pelos temáticos movimentos sociais ainda tem sido pequeno em detrimento a outras temáticas de pesquisa, tais como: as políticas sociais executadas no âmbito do Estado.

Conforme Iamamoto (2000), “compreendemos que o Projeto Ético-Político é um processo em construção e coloca-se como um legado histórico para toda a categoria profissional de Assistentes Sociais e oferece parâmetros para a atuação junto às lutas”.

Dessa forma, apresentamos por meio desta pesquisa, um esforço inicial de reflexão, como uma das alternativas de ampliar o compromisso com o adensamento de processos de resistências presentes nos espaços sócio ocupacionais e, com o aprimoramento teórico-metodológico da categoria profissional.

Essa pesquisa irá contribuir para fortalecer as políticas públicas de assistência, os futuros acadêmicos e profissionais afins, que forem pesquisar nessa área poderão vir a aprender com esse estudo sobre o trabalho de Assistente Social em ONGs. Com a leitura deste

estudo, poderá ter suas dúvidas esclarecidas e passar por esse processo de aprender e ensinar que é importante para alunos e professores.

2. TRAJETÓRIAS DO PERCURSO INVESTIGATIVO

Nesse capítulo iremos tratar sobre o percurso que foi realizado para a execução desse trabalho de conclusão de curso, falando sobre a trajetória, a construção desse objeto de pesquisa, sobre o envolvimento comunitário e religioso, que trilhei¹ antes de fazer curso de Serviço Social na Faculdade Ratio.

Falarei um pouco acerca de como é o bairro em que fiz a escolha para pesquisá-lo, minha participação e vínculos voluntários de engajamento dentro do equipamento social, a construção da pesquisa, observação simples, participação junto aos profissionais, coletas de dados, entrevistas e finalização desse processo de descrição do campo e elaboração do Trabalho.

2.1. Trajetórias para a construção do objeto de pesquisa: da vida religiosa e comunitária à pesquisa

O trabalho religioso me fez ter mais envolvimento com a comunidade, porém, eu queria algo a mais que me fizesse entender as totalidades e suas complexidades dos movimentos sociais de forma mais ampla, entender os usuários nas suas diversidades, outras realidades sociais, para além da percepção religiosa.

Este período em que estive fortemente engajada nos movimentos sociais da igreja católica foi muito rico para a minha formação pessoal humana, sobretudo pelas vivências, momentos reflexivos de espiritualidade e engajamento comunitário, que sem dúvida foram à base para me fortalecer em meio às dificuldades e desânimos da vida e, até pensamentos de desistência e incapacidade.

Contudo, com a formação em Serviço Social pude ampliar minha percepção a partir do adensamento teórico e político provocado por minha formação profissional.

Na minha história de vida participei de trabalhos religiosos e comunitários ligados à igreja Católica. Dentre estas experiências, destaco o ensino religioso junto às crianças na catequese (Pré-Eucaristia de faixa etária de 5 a 8) e Crisma com jovens de 15 anos acima na Paróquia São João Batista, no Bairro São João do Tauape onde moro há 23 anos.

Percebo que este bairro ainda guarda características tradicionais, tais como: moradores que ainda vivenciam o costume de sentar na calçada e conversar.

¹ Peço licença ao leitor para usar o verbo na 1ª pessoa por se tratar de minha aproximação com o objeto da pesquisa.

Todavia, outro traço interessante do bairro são os pontos de comércio local, como o Mercantil Pontes, na Av. Sabino Monte e a conhecida Oficina do Caetano.

No entanto, com toda essa construção acadêmica, veio o desejo de ampliar meu conhecimento no campo dos movimentos sociais perpassando pela orientação de excelentes professores que fazem parte da Faculdade Ratio, a pesquisar sobre ONGs em Fortaleza.

Neste momento, recordei que no ensino médio estudei com uma menina que era do Projeto Social do meu bairro e vi ali uma oportunidade de criar novos vínculos na minha comunidade, lugar onde desejava pesquisar. Ora, com essas trocas de informações fui conhecer a Frente de Assistência à Criança Carente – FACC. Esta ONG possui 30 anos de atuação no São João do Tauape. Assim, pouco tempo depois já estava atuando como voluntária na referida instituição.

Na FACC participei do apoio pedagógico, uma espécie de cantinho do conhecimento, direcionado para as crianças realizarem suas atividades escolares onde são acompanhadas por estudante de Pedagogia, voluntários, Educadores Sociais e outros adolescentes que auxiliam nesse trabalho complexo de educar. Neste espaço, as crianças desenvolvem a convivência comunitária e educacional por meio de processos de reflexão que colaboram com a transformação de valores, escuta e trocas de relatos de vida.

Estas vivências promovidas pelos profissionais da FACC junto às mães, crianças e familiares, me trouxe o sentimento de pertencimento e, a esperança de que existem alternativas de proteção social, sobretudo, para famílias que vivem desafios na periferia de Fortaleza.

Sentir e participar destas experiências na FACC me ajudou a superar um pouco da impotência social neste cenário de injustiça, retirando de mim o sentimento de impossibilidade fundamental, para que eu tivesse força de vontade para estudar e escrever esta pesquisa.

Assim, ao me reconhecer como pesquisadora no campo dos movimentos sociais, especificamente relativos aos direitos da infância, senti a importância de relatar essa pesquisa realizada no bairro onde vivo. Assim, trago comigo um sentimento de grande responsabilidade, que é o de coletar e compartilhar informações e dados junto à comunidade acadêmica e a todos os sujeitos envolvidos, sobretudo, os trabalhadores das comunidades atendidas pela FACC, meus amigos e vizinhos.

O público estudado (crianças, adolescentes e seus familiares), apresentam muitas necessidades sociais, e sobrevivem num cenário de pobreza e precarização do acesso a direitos sociais, desrespeito e violência.

Dessa forma, esses sujeitos encontram nos espaços de convivência da FACC, alternativas para a ressignificação de valores pessoais, projetos de vida, etc. Os Educadores Sociais trazem consigo o compromisso diário de educar, amar o próximo, respeitar à diferença. Este compromisso está registrado na estampa na blusa que eles usam durante o trabalho que exibe a frase: “Ninguém é igual a ninguém, ainda bem”.

Esta tarefa educativa e reflexiva coloca-se com um norte a ser seguido nos grupos sócio educativos da FACC, sobretudo ante ao desafio de desaproximar esse público do mundo da criminalidade e de outras formas de prazer, consideradas destrutivas para o desenvolvimento social na infância e adolescência.

As sínteses destas experiências de vida foram aos poucos ganhando novos significados ao longo da minha formação em Serviço social. Quando iniciei meus estudos na academia, assim como, a maioria dos estudantes, senti medo do novo, do universo de conhecimentos diferentes e da vasta possibilidade de caminhos da pesquisa na área de Serviço Social. Nesse processo de construção, percebi minha evolução a partir da vivência e da rica interlocução com profissionais que contribuíram e participaram de modo significativo na minha trajetória de formação profissional.

A construção da pesquisa, ora apresentada, teve início na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I - (TCC I) em 2017. Nesta ocasião, recebi orientações da professora Virzângela Paula Mendes que apresentou sugestões de como trilhar o melhor caminho para estudos direcionados à temática das ONGs, terceiro setor e Estado.

Dessa forma, compreendi que a tarefa inicial consistia em perceber a relação entre estas categorias e as instituições envolvidas. Outra tarefa importante era realizar aproximações com a realidade, com o campo da pesquisa, observar os desafios postos na contemporaneidade vivenciada pelas ONGs em Fortaleza. Tais estudos requeriam ainda uma compreensão mais ampla das particularidades da realidade brasileira, apreensão de dados e indicadores típicos deste campo de estudo.

A principal estratégia foi retornar ao bairro São João do Tauape, onde moro a 24 anos, território onde se localiza a ONG Frente de Assistência à Criança Carente (FACC). Esse percurso de pesquisa iniciou no período entre o final do sétimo semestre em TCC I, dando continuidade no oitavo semestre em TCC II, em que me aproximei mais do meu bairro, além de obter informações iniciais sobre minha temática por meio de sondagens junto a amigos do ensino médio que ainda moravam na vizinhança. Tais amigos foram informantes essenciais para realizar articulação com pessoas que atuavam e conheciam o trabalho desenvolvido pela FACC.

Em Março de 2018 ao chegar ao Projeto Frente de Assistência à Criança Carente (FACC), conheci a coordenadora pedagógica da FACC que me recebeu muito bem e com muita cordialidade. Após explicar os interesses iniciais da pesquisa, ela me orientou sobre as principais estratégias de acesso aos demais integrantes da ONG. Nesta ocasião, me senti num universo de informações completamente novo e desafiante.

O acúmulo destas pesquisas com a elaboração de um projeto de pesquisa, preparatório para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso que teve como interesse central, analisar os desafios apresentados no cotidiano de trabalho da equipe multiprofissional que atua em Organizações não governamentais, tendo como foco a ONG Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) que atua há trinta anos em Fortaleza - CE, na luta pelos direitos de crianças e adolescentes.

Em seguida, iniciei nova etapa de construção de meu TCC, e neste período tive as colaborações da professora Lauriene Marreiro que sugeriu maior delimitação do problema por meio de sucessivas indagações realizadas a partir da leitura do Projeto de Pesquisa e da continuidade do contato com o campo. Tais indagações foram fundamentais para que eu alcançasse um aprofundamento do que de fato gostaria de pesquisar, além e me proporcionar uma ampliação no meu olhar para todos os sujeitos do cenário investigado.

Neste momento, minha atenção foi direcionada para a questão dos direitos sociais e sua relação com as necessidades relativas aos vários ciclos de vida dos sujeitos sociais: a infância, a adolescência, a juventude, a vida adulta, o envelhecimento e suas famílias.

Minha principal inquietação era entender como as ONGs colaboram para a garantia de direitos das crianças e adolescentes num cenário de radicalização das expressões da questão social nas periferias da cidade de Fortaleza. Estratégias que estão sendo desenvolvidas para ampliar as condições de cidadania e dignidade junto a estes segmentos mais subalternizados.

As ONGs possuem funções importantes na sociedade, pois seus serviços chegam a locais e situações em que o Estado é pouco presente. Muitas vezes as ONGs trabalham em parceria com o Estado. Estas atuam em áreas onde o governo não está conseguindo atuar, como em escolas sem recursos, em favelas e em comunidades carentes.

No artigo, Educação não formal, Educador (a) Social e projetos sociais de inclusão social, da autora Gohn (2009, p. 33), “O Educador Social é algo mais que um animador cultural, embora ele também deva ser um animador do grupo”.

Contudo, compreendi o que de modo central, desejava compreender, ou seja, em que consiste o trabalho do Assistente Social na ONG (FACC) e os principais desafios apresentados ao trabalho do Assistente Social que atuam neste cenário de defesa de direitos de

crianças e adolescentes em ONGs, as principais atribuições e competências requisitadas a este profissional no âmbito das ONGs, assim como, dos demais profissionais que atuam em equipes multiprofissionais percebem o trabalho do Assistente Social.

Diante de tais indagações e objetivos, foi traçado algumas hipóteses preliminares que conferem norte a esta pesquisa, como: análise deste trabalho científico, os desafios apresentados no cotidiano de trabalho da equipe multiprofissional que atua em Organizações Não Governamentais, tendo como foco a ONG Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) que atua há trinta anos em Fortaleza – CE, na luta pelos direitos de crianças e adolescentes.

Quanto aos objetivos específicos destacamos: Analisar em que consiste o trabalho dotado ao profissional Assistente Social; Identificar as principais demandas apresentadas pela população junto à equipe; Compreender quais as principais ações estratégicas desenvolvidas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes; Analisar qual a percepção política dos profissionais para proteção social de crianças e adolescentes na conjuntura contemporânea.

O trabalho do Assistente Social na FACC consiste em manter uma diretoria que trabalhe para o bem comum da comunidade e ter autonomia. Consiste ainda, em planejar e executar ações que sejam eficazes na vida de crianças e adolescentes que são vistos e tratados como sujeitos de direito. Os direitos sociais na concepção deste profissional são percebidos como conquistas sociais fruto de um longo e desafiador processo de lutas sociais.

Outro aspecto importante do trabalho está relacionado à defesa da dignidade e respeito à vida digna de crianças e adolescentes, independente da condição de renda ou classe social. Ou seja, justiça e equidade são pilares do trabalho profissional.

Os profissionais trabalham com dois eixos, sendo estes: o da promoção humana que tem como foco a formação e articulação comunitária e, o da proteção social que tem como principal objetivo o desenvolvimento de estratégias de prevenção e proteção em circunstância de violação de direitos e a garantia da vida a crianças, adolescente e suas famílias em situação de risco social, tais como: ameaça de morte entre outras expressões da questão social.

Segundo artigo de Gohn (2009, p. 33), Educação não formal, Educador (a) social e projetos sociais de inclusão social, é “Por isto que os Educadores Sociais são importantes, para dinamizarem e construírem o processo participativo com qualidade”.

O interesse principal é que eles possam desenvolver cidadania, participação política e, sobretudo, interlocução e escuta junto a outros representantes que são referências na militância de defesa de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Ainda segundo Gohn (2009, p. 33), “O diálogo, sistematizado não é um simples papo ou conversa jogada fora, é sempre o fio condutor da formação”.

Apresenta-se como desafio importante a questão do financiamento e custeio do trabalho profissional nas ONGs. Desta forma, a realização de novas parcerias e articulação com as redes e órgãos para que possam colaborar com o trabalho social.

Outra estratégia para enfrentar o desafio da escassez de recursos, diz respeito à criação de um grupo de lideranças comunitárias para representar a FACC em outros espaços, com vista a ampliar a visibilidade e a divulgação da instituição entre a própria comunidade e sociedade em geral.

2.2. Aspectos Metodológicos.

Para a compreensão do objeto estudado que tem como foco compreender a natureza e as características do exercício profissional do Assistente Social no âmbito da ONG FACC, consideramos pertinente realizar uma abordagem qualitativa que busca responder a questões particulares, relacionados aos significados produzidos pelos sujeitos.

De acordo como assegura Martinelli (1999), “a realidade social é um construção social na qual o investigador participa”.

Na pesquisa qualitativa ocorre uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. O foco principal da abordagem são os significados e o instrumento-chave é o seu pesquisador, estudando as particularidades e experiências individuais através das narrações dos participantes. É usado para entender os motivos e opiniões dos sujeitos fornecendo informações de um problema, ou descobrir pensamentos de opiniões.

A pesquisa é realizada com pequenas amostras e nela conseguimos extrair dados mais subjetivos com perguntas abertas e flexíveis, permitindo conhecer mais profundamente o objeto estudado. O que se diferencia da pesquisa quantitativa que tem sua natureza fechada, o que dificulta novas opções e ideias.

Demo (1993, p. 128), define a pesquisa qualitativa como, “um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a própria e na elaboração capacidade de intervenção. Em tese, a pesquisa é a atitude de “aprender a aprender”, e como tal faz parte de todo o processo educativo e emancipatório”.

O pesquisador ao estudar uma determinada questão social, passa pela fase descritiva que visa ter maior familiaridade com o problema e, traça um caminho de compreensão no campo em que vai estudar determinado tema ou assunto. Respondendo a questões

particulares, trabalha com os significados, o agir, através de falas e sinais, relatos de experiências, inspirações, crenças, atitudes e a pesquisa qualitativa levam as pessoas a pensar sobre dada realidade social, e interpretar ações. “Os estudos descritivos são os que mais se adéquam aos levantamentos. Exemplos são os estudos de opiniões e atitudes” (Gil, 2007, p. 52).

Para fortalecer a compreensão a respeito da pesquisa qualitativa a autora Minayo (2010, p. 21), complementa esse assunto sobre o universo dos significados a pesquisa qualitativa é:

Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos das inspirações, das crenças, dos valores, das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Elencamos para esse estudo pesquisa do tipo bibliográfica que tem por objeto, agrupar textos impressos seguindo critérios sistemáticos diversos. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 158), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos da importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica faz uma síntese de vários assuntos pertinentes, que tem relação com o tema em questão, selecionando bibliograficamente esses assuntos, incluídos nas ciências sociais. De acordo com Lakatos (2012, p. 44) define:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Associamos à pesquisa bibliográfica, ao esforço de empreender pesquisa de campo, que é aquela que possibilita uma aproximação do pesquisador com os sujeitos entrevistados.

Conforme Minayo (2009 p. 61), “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta [...]”. Dessa forma nos proporcionou uma maior aproximação tanto com os Assistentes sociais, como com a equipe multiprofissional da FACC, destacamos que é no seu trabalho prático que os profissionais encontram possibilidades de efetivação com o projeto ético-político.

Em relação às técnicas e instrumentos para a coleta de dados, utilizamos a observação simples, com entrevista semiestruturada e como instrumentos auxiliares: diário de campo, roteiro de entrevista e gravador de celular.

De acordo com Minayo (2009), “Embora haja muitas formas e técnicas de realizar o trabalho de campo, dois são os instrumentos principais desse tipo de trabalho: a observação e a entrevista”.

Em relação ao roteiro das entrevistas, traçamos três interesses de análise: no primeiro, apresentamos como aspecto central a compreensão de um breve perfil sócio demográfico do entrevistado; no segundo, o eixo do objetivo central. O roteiro das entrevistas encontra-se no apêndice deste trabalho.

No que diz respeito aos sujeitos da pesquisa foi por intermédio da Coordenadora Pedagógica que tivemos o primeiro contato, e que após esse contato inicial se deu os demais que foi com os profissionais, sendo eles: dois Assistentes Sociais que trabalham na Frente de Assistência à Criança Carente (FACC), três Pedagogas (Financeiro administrativo, Pedagogo - Educador Social), Educadora Social: Apoio Pedagógico, um Presidente.

Em relação aos aspectos éticos dessa pesquisa possibilitou-nos coletar os dados com a interseção do pesquisador e sujeitos da pesquisa. Para a coleta de dados foram respeitados nos termos do que dispõe a Resolução N° 466, 12 de Dezembro de 2012, ou seja, respeitamos o sigilo e segurança dos entrevistados, bem como, foi repassado aos mesmos os objetivos centrais dessa pesquisa e, que não teriam remuneração, sendo caracterizada como participação voluntária.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março a junho do ano de 2018, na ONG Frente de Assistência à Criança Carente – FACC, entidade de natureza filantrópica, sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter sócio assistencial, cultural e de defesa e garantia de direitos humanos e sociais de indivíduos e grupos em situação de exclusão. A instituição está localizada à Rua: Carvalho Júnior, 793, Pio XII – Fortaleza - CE.

A seguir apresentamos breve detalhamento da experiência de campo e do perfil dos sujeitos entrevistados.

2.3. Relatos da pesquisa de campo e os sujeitos entrevistados

Consideramos oportuno apresentar alguns esclarecimentos e informações sobre a instituição investigada, fruto de pesquisa bibliográfica, entrevistas e anotações no diário de campo.

Segundo a cartilha institucional da FACC, ela é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos, fundada em 13 de outubro de 1986. Apresenta como política geral a proposta de desenvolver estratégias para o desenvolvimento comunitário e das futuras gerações.

Outro interesse é oferecer alternativas capazes de garantir aos sujeitos a ruptura da lógica de exclusão, o desenvolvimento de uma cultura de paz e o acesso às políticas públicas.

Segundo a cartilha institucional a missão da FACC é oportunizar um espaço que seja propício para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e suas famílias, para que alcancem um crescimento pessoal e comunitário pautados na educação, respeito, diálogo, solidariedade, generosidade, ética, convivência e a formação humana.

A Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) surgiu inicialmente com o perfil assistencialista da necessidade de resgatar as famílias, atribuir benefícios à comunidade diante das demandas que iam surgindo, e inculcar no bairro uma nova perspectiva da cultura de paz, por ser considerado um bairro violento.

Em 2005 foi feito um diagnóstico social na comunidade do Lagamar, onde foi constatada a necessidade de revisitar a prática comunitária e institucional no bairro. Esse bairro está numa área periférica, e violenta de Fortaleza - CE, localizado na Regional II, que conforme a Cartilha da Regional (2011) concentra 15 áreas de risco, compõem cerca de 2.808 famílias, distribuídos em dois bairros, tendo uma população de: 364.808. (IBGE, 2009/SEPLA)

A cartilha explica que existe na Regional II, 27 Organizações Não Governamentais (ONGs), 44 projetos sociais e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Foram identificadas 149 sedes de associações (86 no Centro e 52 na Aldeota) e 222 sedes de associações (144 no Centro e 67 na Aldeota).

Sabendo que as famílias que estão situadas nesse bairro não possuem condições suficientes para atender todas as necessidades de suas crianças, se faz necessário o apoio dessas ONG para dar um suporte para esses atendimentos.

A FACC tem capacidade para atender cerca de 160 crianças de cinco até doze anos e adolescentes de doze aos dezoito anos, com uma equipe de 23 profissionais e um projeto social que é o PPCAM e 10 atividades da casa.

TABELA 1- Levantamento quantitativo do Projeto Frente de Assistência à Criança Carente - (FACC) ano de 2018. Segundo registros de diário de campo e informações dos profissionais.

| | | |
|--|---|----------------------------|
| CRIANÇAS ATENDIDAS | A FACC tem capacidade para atender cerca de: | TOTAL 160 |
| PROFISSIONAIS | A FACC tem uma equipe multidisciplinar de: | TOTAL 23 |
| Projeto Social | Programa de Proteção a Criança e Adolescente Ameaçadas de Morte (PPCAAM). | TOTAL 1 |
| ATIVIDADES OFERECIDAS PARA A COMUNIDADE | PERCURSSÃO / DANÇA/ JUDÔ/ GRUPO FOCAL INFANTIL/ APOIO PEDAGOGICO/ GRUPO DE JUVENTUDE/ ARTES/ FORMAÇÃO HUMANA/ TEATRO/ INFORMATICA | TOTAL 10 |

Fonte: Projeto FACC.

Quanto à estrutura física da FACC, o prédio tem dois andares é composto por uma sala do setor administrativo e financeiro, onde acontecem as reuniões da equipe técnica, na outra sala ao lado, fica a parte da coordenação pedagógica.

O prédio tem uma biblioteca bem equipada com coletânea de livros sobre diversos temas; na sala de informática têm computadores onde são realizadas atividades em que as crianças utilizam os computadores para pesquisas da escola e criação de material em prol da educação, quando ocorrem as reuniões é usado data show para facilitar o repasse dos conhecimentos delas, metodologias de ensino, etc.

Em outro espaço em que ficam outros computadores que também é utilizado para empréstimos de livros e outros trabalhos, que precisam de recursos tecnológicos em prol do trabalho realizado para as crianças. Neste, tem dois banheiros, um masculino e um feminino.

A sala da juventude é um espaço amplo, utilizado para métodos de ensino para trabalhar em rodas e cirandas, dinâmicas, peças, cenas e outras atividades grupais para jovens, com a mediação de um Educador Social. Em outra sala são realizadas atividades de focalzinho, onde a educadora trabalha nesse espaço dinâmico de contação de história e desenvolve neles, o gosto pela leitura e, entre eles, contarem de história.

Os projetos sociais funcionam como uma forma de fortalecer o engajamento da população. O funcionamento da entidade ocorre de segunda a quinta em horários alternados

de 08h00min às 11h00min manhã e, à tarde de 13h00min as 17h00min. Atualmente, a FACC apresenta parcerias de custeio com a Casa Civil do Governo do Estado do Ceará e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) para o custeio e financiamento de Projetos Sociais nas áreas de arte, cultura e educação. As atividades ofertadas são bastante variadas, dentre elas, as oficinas de música (percussão) com uso de diferentes instrumentos e ritmos.

As atividades artísticas e educacionais produzidas pelas crianças e adolescentes são apresentadas na comunidade nas chamadas quartas culturais e espetáculos de teatro – *Solidart*. No final do ano os educadores informam que as atividades artísticas são associadas à processos reflexivos com temáticas planejadas mensalmente. São ofertadas atividades de dança, com diversidade técnica de expressão através do corpo em ritmos de: *hip hop*, axé, musicalidade afro e indígena, ministrada por dois educadores, um no turno da manhã e outro no turno da tarde.

Dentre os projetos principais desenvolvidos pela FACC destacamos: Movimentos de Juventude – que tem como objetivo principal promover a formação de grupos de liderança e debates sobre diversidade e formação humana, trabalhando temas com vistas ao desenvolvimento crescimento individual e coletivo dos jovens. Segundo Gohn (2009, p. 33), “O espontâneo tem lugar na criação, mas ele não é o elemento dominante no trabalho do Educador Social, pois seu trabalho deve ter: princípios, métodos e metodologias de trabalho”.

Registramos também o Projeto Aprender a ler é um prazer – que desenvolve ações de incentivo a leitura das crianças na biblioteca comunitária nomeada Raquel de Queiroz, que reúne mais de três mil obras para atividades como: contação de história, empréstimos de livros e grupo focal.

Outra estratégia importante desenvolvida pela FACC, segundo relato dos profissionais, diz respeito ao investimento no primeiro encontro de liderança comunitária ocorrido no dia 31.08.17.

Esta atividade contou com a participação de cinco mulheres e mães da Comunidade do Pio XII e Lagamar que aceitaram o convite proposto pelo Assistente Social.

Dentre as linguagens trabalhadas neste encontro, inclui-se a arte da fotografia dos territórios, das comunidades em que esses públicos estão inseridos. A fotografia funciona como estratégia de despertar um pensamento mais crítico e refinado das fragilidades encontradas todos os dias no bairro.

De acordo com o relato dos educadores, este tipo de atividade comunitária apresenta alto nível de satisfação dos participantes. Dentre as metas previstas para o projeto fortalecer,

um grupo de liderança comunitária de mães e pais que possam colaborar com as equipes de profissionais nas atividades de visitas domiciliares, de forma que se sintam à vontade para fazer parte e se envolver até mesmo para o acompanhamento dos seus filhos.

Vale destacar outras atividades na qual tive a oportunidade de participar denominada, miniconselho ou “conselhinho”, onde as crianças do Projeto realizam reuniões e discorrem sobre pautas que são pertinentes as necessidades do equipamento.

Em outro momento, presenciei um evento na Universidade Estadual do Ceará - (UECE), que concentrou todo esse público (crianças e adolescentes), para um momento riquíssimo de movimento, resistência e participação. Trata-se da criação de um projeto chamado de “*Fala Sério*”, que tem como objetivo promover ações para a formação de 150 crianças e adolescentes representantes dos municípios de Fortaleza e região metropolitana.

O Projeto visa o fortalecimento de espaços de formação humana para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da escuta qualificada e da preparação para participação e decisão no âmbito das políticas públicas, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes no Ceará.

Vale destacar ainda, que na FACC são desenvolvidos espaços de leitura – biblioteca e a brinquedoteca e salas de convivência. Nestes espaços também se observam processos reflexivos, interativos e de aprendizado para o exercício da cidadania e questões de gênero. Por meio dos brinquedos e móveis disponíveis, são estimuladas reflexões e questionamentos sobre a cor dos brinquedos e sua relação com as determinações sexistas impostas pela sociedade.

O apoio pedagógico é onde tem maior interação deles com os estudos aplicados nas escolas do bairro, apesar de ter uma defasagem bem significativa desse ensino, eles conseguem com muito esforço estudar direitinho, e ter desempenho bom nas notas de cada bimestre; sempre que possível, passamos no projeto para manter esse vínculo com as crianças, pois nos proporciona grande aprendizado.

Segundo a cartilha institucional sobre o Projeto Ação Advocacy e Incidência nas Políticas Públicas, oferece oportunidade para que as crianças participem dos Fóruns e comissões específicas em Conselhos Setoriais e de garantia dos direitos das crianças e Adolescentes.

Segundo a cartilha institucional sobre o Projeto Som da Gente e Projeto Arte & Cidadania, o Conselho de Liderança Comunitária é formado pelo grupo de mulheres e mães que participam de diálogos e de um curso desenvolvido sobre: “Olhares em Foco”, na busca do empoderamento através da fotografia dentro das expressões sociais na comunidade.

Atualmente, a FACC desenvolve um Programa PPCAAM - Programa de Proteção a Criança e Adolescente Ameaçadas de Morte, que é um programa implementado junto com a SDH/PR SEJUS-CE, com o objetivo da garantia de direitos e proteger as crianças que são ameaças de morte.

Após breve descrição das atividades desenvolvidas pela FACC realizaremos a seguir uma rápida apresentação dos sujeitos entrevistados, através da descrição do perfil que constam as seguintes informações: aspeto sócio demográfico e carreira profissional.

Consideramos que o contato com o campo de pesquisa foi muito rico e gratificante para nós porque percebemos na fala dos profissionais, os desafios que cada um enfrenta no seu exercício profissional.

Aqui, iremos tratar de todas as entrevistas que foram realizadas na FACC, onde contaram com a participação dos diferentes sujeitos que trabalham nessa instituição. Destacamos como entrevistados os: dois Assistentes Sociais, um presidente, uma Educadora Social do apoio pedagógico e dois pedagogos.

Nossa entrevistada 1, é Assistente Social e Coordenadora geral. Do sexo feminino. Tem 47 anos, é casada e tem dois filhos, possui formação em Serviço Social e mestrado em planejamento e políticas públicas pela UECE (2014). Começou a trabalhar na ONG há trinta anos desde a década de oitenta. Atualmente, como Coordenadora geral da OSC Frende de Assistência à Criança Carente – FACC. Registrou ter uma experiência abrangente na área que ela atua como militante dos movimentos sociais. Trabalhou no CONDICA de Fortaleza – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Fortaleza - CE nos anos de 1993 a 1995. Trabalhou na OSC BEM, fazendo a coordenação do Assistente Social da Creche da BEM. Trabalhou no Centro Educacional Dom Bosco quando ainda era em semiliberdade; trabalhou na diretoria do ADOC abrigo Desembargador Olívio Câmara estadual, no município de Uruburetama. Teve oportunidade também de ser técnica da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, e da Caixa Econômica no setor habitacional. A mesma relatou que trabalhou muito com três frentes nesse município. Pela FACC, ela assumiu a presidência do Conselho Municipal da Assistência de Fortaleza, assumindo o mandato da sociedade civil. Exerceu também a função de presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Ceará o que trouxe visibilidade para a instituição e para o Conselho onde destaca pautas de alta relevância. Atua também como professora conteudista das Escolas de Conselho do Ceará e teve uma experiência de consultoria pela ONU – Organização das Nações Unidas na área do sistema de informação para crianças. Tem mestrado em políticas

públicas, e vê que uma das suas competências é trabalhar com os direitos sociais. Trabalha como celetista (vínculo) na FACC.

Nossa entrevistada 2, é Pedagoga – arte educação/Financeiro administrativo, tem 43 anos. É casada, formada em Pedagogia e trabalha na Organização sem fins Lucrativos Frente de Assistência à Criança Carente – FACC há cinco anos no setor financeiro administrativo, sendo para ela um grande desafio, pois conta em breves linhas que:

Tenho buscado me aprimorar mais nesse setor burocrático, pois tenho mais satisfação em realizar o trabalho com as crianças como arte educadora. Tenho experiências relevantes no trabalho com crianças e adolescentes, mas sou flexível e atuo em outros cargos e funções dentro da instituição da FACC como: administrativa financeira. (PEDAGOGA – ARTE EDUCAÇÃO/FINANCEIRO ADMINISTRATIVO)

Ainda sobre nossa entrevistada 2, a mesma disse que enquanto pedagoga em arte educação e educação infantil, tem sua especificidade formativa em pleitear suas funções ao longo da sua carreira desde mil novecentos e noventa e cinco, somando vinte anos de trabalhos sociais em Organização Não Governamental. Durante a entrevista, nos chamou a atenção uma frase: “Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferente”. (PAULO FREIRE)

De acordo com nossa entrevistada 3, a mesma disse ser Educadora Social e apoio pedagógico, tem 21 anos, é solteira, mas tem um filho e um companheiro. Mora em Fortaleza, é acadêmica de pedagogia e, atualmente, está na FACC como: Arte educação - Apoio Pedagógico há 4 anos. O seu exercício na instituição é como facilitadora na formação educacional dessas crianças, pois é relevante para ela e para a organização geral, percebendo ser o seu trabalho primordial. A mesma relata que:

Os ganhos são importantes para toda uma sociedade que está em processo de construção. Trabalhar desde cedo com as crianças à questão da educação familiar, escolar e comunitária é um desafio diário para ela e todos nós. Um trabalho de formiguinha mais que tem toda credibilidade podendo assim gerar frutos positivos para a comunidade. (Educadora Social/Apoio Pedagógico).

A presidente do projeto foi a nossa entrevistada 4. A mesma é divorciada, tem 43 anos, é do Piauí, tem 2 filhos, não possui formação, é voluntariada na ONG – Frente de Assistência à Criança Carente – FACC, e conquistou a presidência da organização por consequência da sua história de vida pessoal. A entrevista aconteceu nas dependências da instituição Frente de Assistência à Criança Carente – FACC no dia 09/04/2018. (PRESIDENTE).

Em relação ao nosso entrevistado 5, é Pedagogo e Educador Social, tem 34 anos, é casado e tem três filhos. Possui formação em pedagogia, e especializado em arte educação.

Começou a trabalhar na instituição há 15 anos mediante convite para colaboração na implantação de um Projeto direcionado a juventude. Relatou-nos que tem larga experiência com a infância e juventude, com trabalhos, como: multiplicador de metodologias sociais, arte-educação, abrigos para infância, artes-cênicas. Atualmente, ocupa o cargo de arte-educador para projetos de juventude na FACC. Durante a entrevista outra frase nos chamou a atenção: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei” (EDUARDO GALEANO). A entrevista ocorreu nas dependências na FACC no dia 09/04/2018. (Pedagogo/ Educador Social).

O Assistente Social, responsável pela Articulação Comunitária, foi nosso entrevistado 6, o mesmo tem 45 anos, tem união estável e dois filhos. Possui formação em Serviço Social pela Faculdade Ratio e atua há três anos na profissão. Tem experiência no trabalho realizado com crianças e adolescentes, por ter tido uma oportunidade e, abraçando-a para contribuir na viabilização desses direitos na organização FACC pela FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã dá uma ponta pé na sua atuação profissional. Em outro momento muito rico, ele agradece ao PET – Programa de Erradicação de Trabalho Infantil pela oportunidade que teve em aprender junto com eles.

No próximo capítulo, abordaremos sobre os movimentos sociais e a luta pela garantia de direitos de criança e do adolescente no contexto brasileiro, buscando discutir sobre essa temática embasada nos teóricos que trata sobre esse assunto, assim como, relacionando com nossas reflexões a respeito do estudo aqui abordado.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.

Nesse capítulo, realizamos uma breve aproximação teórica conceitual acerca dos chamados movimentos sociais, tendo como foco o percurso histórico, com vista a recuperar o cenário das lutas sociais ante a questão social. Tal percurso é relevante pra que possamos observar as particularidades das lutas sociais relativas aos direitos da criança e dos adolescentes no âmbito das Organizações Não Governamentais. De acordo com Fuziwara (2013, p. 529), “A humanidade começou a efetivamente reconhecer a criança e o adolescente em suas particularidades há menos de dois séculos, cabendo aos adultos preservar seu pleno desenvolvimento por meio de cuidados privados e públicos”.

3.1. Breve reflexão sobre movimentos sociais e lutas sociais: múltiplos interesses

Conforme a autora Fuziwara (2013, p. 528), no artigo Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação, explica que: “Afinal, não há uma história da infância, mas existem complexas expressões das ações humanas em relação à criança e ao adolescente no processo histórico”. Podemos perceber que vão se agravando as múltiplas expressões da questão social dentre as suas mudanças de públicos e localidades diferentes, tendo que atender tanto a classe burguesa quanto aos mais vulneráveis e carentes da sociedade. Segundo Gohn (2012, p. 28):

Eles tem feito uma releitura de categoria marxista postulando que conceito como classe trabalhadora e proletariado é ultrapassado por não darem conta da complexidade dos conflitos da contemporaneidade que envolve etnia, raça, gênero, e classes.

Ainda segundo Gohn (2012, p. 31), “Na Europa, a onda dos novos movimentos sociais, a partir dos anos de 1960-1970, foi a responsável pelo surgimento de abordagens que desligaram os movimentos sociais como tema central de inúmeras investigações”. [...] Gohn (2012, p. 32), acrescenta que, “No final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980 surgiu uma nova fonte de estudos sobre os movimentos sociais, os populares urbanos, no chamado países de terceiro mundo especialmente na América Latina”.

Os movimentos sociais de acordo com Gohn (2008, p. 35), “encaramos como ações sociais coletivas de caráter sócio político e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas”.

Esses representantes se organizam e manifestam para protestar contra inquietações, e insatisfações sobre determinadas demandas que a sociedade esteja passando em determinado período de crise e desordens, que passa por esse processo de politização coletiva em movimentos, como: o trabalho, às políticas sociais, a reforma agrária, a denúncia contra ataques aos direitos conquistados, luta das minorias, movimentos de mulheres, movimentos negros de raça e etnia, são alguns exemplos de partidos que se organizam e fazem resistência frente a algo indesejado posto na sociedade que gera desequilíbrio social.

Segundo (Gohn 2012, p. 12), “Atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas pública em casos raros, partiam para as ações de resistência via desobediência civil”. Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica econômica ou cultural.

A classe trabalhadora usa da sua força de produção para gerar a mais valia, ou seja, trabalha e gera lucro para se auto sustentar e tentar manter a sua satisfação pessoal e necessidades básicas; se há uma insatisfação por parte da população proletária da história, muitos desses se manifestam para reivindicar que esses direitos sejam garantidos por todos e não só pelos burgueses. Nesta direção de análise Duriguetto (2013, p. 1) aborda sobre a as demandas que as classes subalternas passam e as indignações das pessoas:

A centralidade dessa configuração econômica não esgota o conteúdo das determinações da questão social. A ela se alia uma dimensão fundamentalmente política, que expressa o inconformismo, a rebeldia, a indignação, as formas de consciência das classes subalternas por meio de diferentes e variadas formas de lutas, organizações e ações que expressam suas necessidades e demandas junto ao conjunto das frações das classes dominantes e ao Estado. Demandas e necessidades que vão desde o acesso a direitos sociais – ao trabalho, às políticas sociais de qualidade e universais; a reforma agrária; a denúncia das retiradas e ataques aos direitos conquistados; o combate a todas as formas de descriminalização e opressão; a resistência à criminalização das lutas etc. E, para algumas organizações e movimentos, a necessária socialização do poder econômico e político que se daria pela erradicação do capitalismo.

Um dos motivos das pessoas se organizarem é gerar processos de indignação coletivos. Isto colabora para que as pessoas não se calem. A voz passa a ser um mecanismo de comunicação que professa o que eles sofrem, dentro de um patamar de desigualdades, permitindo que superem a dimensão individual e isolada dos problemas que enfrentam no cotidiano. Além disso, colabora para que enfrentem períodos de crise, fazendo resistência política e organizem demandas coletivas diversas, que vão desde a luta por direitos que não foram conquistados ou negligenciados, até aqueles que foram corrompidos ou negados por opressores no processo de disputa de poder. Neste caminho de luta e resistência: Um movimento social é destacado o das mulheres, dadas a questão da emergência das mulheres na

cena pública pela via dos movimentos feministas e a invisibilidade das mulheres em suas ações coletivas no movimento popular. (GOHN 2012, p.16)

Podemos perceber que existe uma relação necessária entre as Organizações Não Governamentais e os movimentos sociais, e que, esta relação é relevante para a articulação desses interesses referente às instituições, para atenderem a tais demandas expostas na comunidade, servindo de relação de negociação. Os movimentos sociais tiveram grande importância para a existência das ONGs, pois através dos movimentos sociais as ONGs passaram a ocupar esses espaços de resistência política e tentando atender as emergências da população, já que o Estado não chega com tanta eficiência, sendo negligente com interesses voltados para a população que necessita das políticas públicas. Segundo Duriguetto (2015, p. 141):

As ONGs, em algumas análises desenvolvidas nos artigos publicados na década de 1980, são analisadas como novos canais institucionais de participação das classes médias na esfera pública, exercendo as funções de articulação de interesses e demandas dos setores populares nas arenas institucionais e de confronto e negociação dos conflitos sociais.

As organizações dos anos de 1980 se diferenciam das dos anos 2000, por justamente não fazer parte dos novos canais de institucionalização de participação das classes médias, porque as ONGs eram mais voltadas para trabalhos assistencialistas. Conforme Gohn (2012, p.13), “As novas políticas sociais do Estado globalizado priorizam processos de inclusão social de setores e camadas tidas como vulneráveis ou excluídas de condições socioeconômicas ou direitas culturais índios, afrodescendentes, etc.”.

Há uma transformação na identidade desses sujeitos no seu processo de luta, contra a discriminação sócio econômica, articulada pelas políticas públicas controladas por Secretarias de Estado, em parcerias desempenhando o seu papel de mediadores. Segundo Gohn (2011, p. 348), “Novas políticas públicas passam a pautar questões da cidadania e da participação, as políticas neoliberais ganham maior ênfase, os sindicatos se enfraquecem e a educação escolar ganha uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB)”.

Dessa forma, para compreender as lutas sociais desenvolvidos pelas organizações, no contexto dos movimentos sociais no âmbito da sociedade civil, é necessário analisar as expressões da questão social em cada contexto histórico. Contudo, percebemos que empreender não é um exercício fácil, pois suas expressões aparecem no cotidiano como demandas isoladas, tais como: questão agrária, distribuição da terra, moradia, lazer, segurança pública, violência, desemprego etc. De acordo com Duriguetto (2013, p. 4):

Apreensão que também nos possibilita a incorporação de novas temáticas e conhecimentos que enriquecem a compreensão das expressões das desigualdades sociais: o trabalho junto aos Sem Terra nos aproxima da questão agrária; as ações junto às lutas por moradia, transporte, contra remoções etc. nos conduzem à problemática da especulação do solo urbano e sua relação com os processos de espoliação etc.

A busca pela totalidade passa por uma análise, em que percebe uma relação que vincula as lutas sociais e, faz ampliação democrática abrindo um leque de possibilidades de lutas pela democracia e direitos sociais.

Conforme a autora Fuziwara (2013), nesse sentido é importante registrar que a *United Nations Children's Fund* (UNICEF), lançou o relatório: “A situação mundial da infância em 2012”, trazendo elementos sobre os avanços e desafios com relação à criança num mundo cada vez mais urbano.

A dificuldade enfrenta das pelas crianças em comunidades pobres frequentemente são obscurecidas — e, portanto, perpetuadas — pelas médias estatísticas que servem de base para decisões sobre alocação de recursos. Uma vez que médias consideram todos os dados em conjunto, a pobreza de alguns é mascarada pela riqueza de outros. Como consequência, crianças que já são menos favorecidas ficam privadas de serviços essenciais. (p. iv). (p. 534).

Contudo, é válido notar que os movimentos sociais e as lutas coletivas são plenos de tensões e contrações no âmbito da sociedade civil, respondendo a diferentes interesses ideopolíticos. Muitas demandas sociais apresentam sintonia com as políticas neoliberais. Algumas ONGs configuraram uma estratégia de transferir para a sociedade a atribuição de atividades próprias do Estado. Aborda sobre essa diferenciação entre um movimento social e uma Organização Não Governamental – ONG, são considerações pertinentes para esse esclarecimento que segundo Gonh (2011, p. 336 – 337):

Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificação com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e políticas têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.

Conforme foi abordado nesse capítulo que trata de uma relação necessária entre as ONGs e os movimentos sociais, essa relação se dá por processo de construção social que teve

seu surgimento nos anos de 1990, quando a luta pelo campo da infância teve mais presente e seu processo de desenvolvimento se construiu a partir dessas relações entre uma conjuntura que estava passando por uma série de dificuldades sociais, passando para um novo momento de militância, resistência e reconstrução política democrática como iremos tratar o próximo capítulo sobre as ONGs cidadãs e suas especificidades.

3.2. O surgimento das ONGs cidadãs década de 90 e a luta pela infância.

Sobre as ONGs dos anos de 1990, segundo Gohn (2000), elas se tornaram militantes na década de 1990 minoritárias de ações coletivas nos espaços públicos sem fins lucrativos.

Segundo Gohn (2000, p. 26), “elas têm origens e matrizes discursivas nos movimentos populares de base da Igreja, dos anos 1970-1980, no novo sindicalismo dos anos 1970 e na nova esquerda que deu origem ao Partido dos Trabalhadores e a outras alas progressistas de alguns partidos políticos”.

Nos anos de 1990 as ONGs passaram a ser mais específicas e houve mudanças, com uma nova mentalidade na sua administração. Uma dessas mudanças se dá pelo seu caráter que não passa a ser somente assistencialista e desenvolvimentista. Como as denomina Gohn (2000, p. 53 - 64):

A relação entre o Estado e as ONGs, no plano da administração “pública”, remete necessariamente ao princípio, ao planejamento e à execução da gestão das políticas sociais públicas – refere-se, aqui, ao campo específico das ações das “ONGs cidadãs”, não das ONGs assistencialistas ou desenvolvimentistas.

A relação que se tem entre o Estado e as ONGs em se tratando de administração pública, são voltadas para o princípio de planejamento e a execução dessas ações cidadãs com as políticas sociais de que vem beneficiar a população. Vamos entender como funciona essa execução, partindo das suas definições de o que é a coisa pública? O que é gestão? O que é política social?

Esse termo “coisa pública” é referente à governança de um determinado município, pertinente ao povo, que deve ser para o uso de todos, fonte pública, conhecido de todos, que todos podem assumir. Sobre a palavra gestão, se trata da administração e gerencia de algo. O que se relaciona com a política social que são as funções modernas do Estado capitalista em distribuir bens e serviços sociais ao povo que se caracteriza como direito de todo cidadão.

Assim, esses significados estão relacionados à nova forma de modelo que a sociedade civil passa a aderir em meados dos anos de 1990.

Podemos perceber na citação de Lopes (2004, p. 58), que:

As demandas sociais da população e as ações de governo em resposta geralmente são mediadas por procedimentos que possuem significados desconhecidos ou inconscientes para muitas pessoas, a começar pelo que se entende como público, gestão e política social. Primeiramente, então, buscam-se as definições: o que é a coisa pública? O que é gestão? O que é política social? Noção regularmente encontrada em outros dicionários acessíveis à população, o termo “público” significa a esfera de fatos, relações e recursos que pertencem ou se referem aos habitantes de uma localidade, no sentido de que lhes interessam e servem à efetivação da organização do seu princípio de governo. Nesse sentido, “coisa pública” é todo fato, recurso e relação que tem sua origem na “fonte pública” e se direciona para configurar a governação de um município, estado ou país.

Em se tratando do nosso país, podemos perceber claramente que os governos optam primeiramente por um tipo de gestão e administração, em que procuram impor um modelo que é dirigido preferencialmente pelos interesses econômicos e intervenções políticas, que favoreça essa política econômica e o sistema capitalista.

Neste contexto surgiram nos anos de 1990, organizações de cunho misto de movimento social e ONG. Segundo Gonh (2012, p. 341):

Na primeira década deste milênio, fortaleceram-se as ONGs e entidades do terceiro setor – que antes serviam apenas de apoio aos movimentos sociais populares. Vários movimentos e ações surgiram objetivando garantir os avanços democráticos obtidos nesse momento histórico.

No Brasil, o número de manifestações nas ruas diminuiu, e a relação inverteu-se: as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Compreendendo que temos mais de cinquenta por cento das crianças brasileiras dentro de um patamar de pobreza e, extrema pobreza, um dos problemas enfrentados pelo nosso país é que existe um contingente de pobreza em alta que merece todo um olhar crítico e minucioso, para que possamos perceber que estamos em estado de desigualdade.

Segundo Yazbek (1995, p. 4), “Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema”. Universo amplo de organizações, a lei é dirigida a todas as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e não exige que as OSCs tenham títulos ou certificações específicas. Englobam o conceito de Organização da Sociedade Civil - OSCs para fins desta, a Lei 13.019/2014 que traz como principal avanço, a criação de um regime jurídico próprio para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil.

Nos anos de 1990, surgem novos movimentos sociais que têm foco nas questões éticas e na revalorização da vida humana, enfatizando questões de direitos no plano da identidade ou igualdade. Esses novos movimentos enfatizam a consciência individual em vez da coletiva,

ancorada em valores de solidariedade humana; suas ações são organizadas em forma de "campanhas".

Segundo Gonh (2011, p. 343).

As ONGs passaram a ter muito mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 1980 junto a movimentos populares. Precisamos romper com o conservadorismo e criarmos uma sintonia na defesa e construção de uma vida cheia de sentidos para a humanidade.

Segundo o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019/2014 Secretaria de Governo da Presidência da República, Laís de Figueiredo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochard – Brasília: Presidência da República (2016, p. 21 – 22):

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil tem abrangência nacional. Isso quer dizer que as mesmas regras serão válidas para as parcerias celebradas entre as OSCs e a administração pública federal, estadual, distrital e municipal. A partir de sua entrada em vigor, as parcerias passam a conferir mais segurança jurídica a todos os envolvidos. Isso não impede que sejam atendidas questões específicas de municípios e estados, que têm autonomia para estabelecer uma regulamentação própria e, assim, atender às necessidades locais de regulamentação, desde que observadas às normas gerais. Universo amplo de organizações. A lei é dirigida a todas as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e não exige que as OSCs tenham títulos ou certificações específicas. Englobam o conceito de OSCs para fins desta Lei: as associações e fundações, as cooperativas sociais e as que atuam em prol do interesse público e as organizações religiosas. Desta forma, os novos instrumentos jurídicos poderão ser celebrados com entidades, independentemente de que tenham qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) ou título de Utilidade Pública nos Estados e Municípios. Quanto menos burocracia prévia e mais organizações participarem, melhor. A Lei 13.019/2014 traz como principal avanço a criação de um regime jurídico próprio para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil. São instituídas as relações de Fomento e de Colaboração, por meio de instrumentos específicos, que reconhecem de forma inovadora essas duas dimensões de relacionamento entre as OSCs e o poder público.

Segundo Silva (2009), a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 e toda a legislação criada posterior a ela, que regula a relação das ONGs, implantam a concepção de assistência social como direito. Assim, usuários são vistos enquanto cidadãos, que requerem do estabelecimento outro tipo de relação além do favor, da caridade e do assistencialismo. . "A legislação social é em boa parte responsável por essa mudança cultural da assistência social" (SILVA, 2009, p. 54). Historicamente, o que se pode perceber foi que houve uma mudança ao longo de todo esse processo. Segundo Ricardo Silveira, a base jurídica mais sólida para as ONGs no Brasil é a (Lei 9. 790/1999).

O título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP pode ser conferido, pelo Ministério da Justiça do Brasil, a entidades privadas sem fins lucrativos

(associações e fundações privadas), que tenham pelo menos um dos objetivos sociais previstos na lei. Dentre esses objetivos, estão à promoção da Assistência Social, da saúde, da educação, do voluntariado, etc.

A titulação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP tem por finalidade facilitar parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (Federal, Estadual e Municipal) e, permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda.

É válido registrar que o sistema de garantia de direito corre riscos quando é mal administrado e suas ações são desviadas de condutas que não prioriza a criança e os adolescentes, por esse motivo, acontece à violação de direitos. É quando entram em ação os movimentos, mobilizações, manifestações, quando há um desequilíbrio nas tarefas e gera toda uma desordem social e alguém sofre com isso, ou seja, ou mais vulneráveis.

No Brasil, esse indicador é de 61,5 por 100 mil nascidos vivos, segundo estimativas de 2012 (Sistema de Informações sobre Mortalidade, 2011). Para o UNICEF, a mais trágica das violações de direitos que afetam meninos e meninas brasileiros são os homicídios de adolescentes:

De 1990 a 2013, passou de 5 mil para 10,5 mil casos ao ano (Datasul, 2013), um aumento de 110%. Isso significa que, em 2013, a cada dia, 28 crianças e adolescentes eram assassinados. Dos adolescentes que morrem no País, 36,5% são assassinados. Na população total, esse percentual é de 4,8%. (Homicídios na Adolescência no Brasil, 2015). Esse cenário perturbador coloca o Brasil em segundo lugar no ranking dos países com maior número de assassinatos de meninos e meninas de até 19 anos, atrás apenas da Nigéria (Hidden in Plain Sight, UNICEF, 2014).

No Brasil de 2013 as mortes decorrentes desses conflitos têm sido matéria cotidiana, seja nas ocupações militares nas favelas, no confronto no direito a terra, no assassinato de jovens negros da periferia (que autores vão definir como genocídio da juventude negra), no espancamento dos estudantes e trabalhadores nas suas (nossas) manifestações por direitos etc.

3.3. Avanços legais na defesa dos direitos das crianças e adolescentes: breves apontamentos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, toda criança e adolescente tem direito a educação, visando seu pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania. E além do acesso a qualidade dessa educação é fundamental para esse direito seja assegurado. As linhas da política de atendimento do ECA, são definidas no artigo 87 do Estatuto:

- I – políticas sociais básicas;
- II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV – serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, 1990).

Fuziwara (2013, p. 538), no artigo “Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação” faz uma abordagem sobre o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, exige efetivamente, intensa mudança cultural. Neste sentido, apesar de sabermos dos limites dos instrumentos legais, é importante registrar a relevância da Resolução nº. 113, de 19 de abril de 2006, publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Nela se explicita a definição do chamado “Sistema de Garantia de Direitos”:

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. § 1º Esse Sistema articular-se-á com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade. (Conanda, 2006).

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Resolução nº 113/2006, “Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. (Ministério Público. Rio Grande do Sul, 19 abr. 2006).

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente foi uma grande conquista, que tem avançado com o Artigo 227 da Constituição Federal que normatiza a política, e como deve proporcionar esse direito, que desrespeita o campo de militância dos direitos das crianças e do adolescente, segue o artigo 227:

Art. 227 – “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Segundo o Plano Nacional pela Primeira Infância, o projeto de lei nº 14/2015, ou 6.998/2013 (na Câmara dos Deputados), estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a Primeira Infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil, e na formação humana, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente. (ECA, 1993)

Segundo o marco legal da primeira infância (2016), no Brasil:

Houve uma queda de 64% da extrema pobreza e 63% na pobreza nas crianças até 6 anos. Com as condicionalidades de saúde e educação do programa Bolsa Família, a mortalidade por diarreia na primeira infância caiu 46% e a mortalidade por desnutrição, 58%.

A questão aqui não se trata de culpar os setores em relação às fragilidades no campo da infância, mas sim, em perceber que foi por conta de a organização de um movimento social que teve interesse em lutar por uma causa relevante, quando se trata do combate da mortalidade infantil de criança e adolescentes do nosso país, quando sabemos que existem lugares em que a fome chega mais rápido, como os bairros de classe baixa e a vulnerabilidade social da pessoa são bem expressivos. Segundo Santos (1998, p. 143), assim define: “O movimento social especificamente voltado para a infância originou-se na primeira metade da década de 80, intensificando-se a partir de 1985”. De acordo com o artigo, Farinelli e Pierini (2016, p. 86), dizem que um desses avanços foi:

Garantido pelo - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) consiste em uma das primeiras conquistas após a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), criado em 1991 pela Lei nº 8.242, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão da presidência da República.

Um dos avanços legais em se tratando da luta por direitos de crianças e do adolescente no campo da infância, é o estatuto que vem para respaldar esse direitos e assegurá-los segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que manifestou em nota pública, a importância do ECA na promoção de avanços na política nacional dos direitos da criança e do adolescente desde 1990, mas mostrou preocupação com a onda de retrocessos aos direitos da infância. Contudo, temos muito no que avançar e não podemos esfriar nossos sentimentos de resistência popular.

No próximo capítulo, tratamos dos principais resultados apresentados pela pesquisa referente ao trabalho social desenvolvido pela equipe multidisciplinar que atua na ONG FACC, no campo da promoção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente, entendendo a importância desse processo de trabalho, mesmo que com seus desafios precisa

ser exultado não com o papel de fazer o trabalho que é de competência do Estado, mas do governo que executa tais ações voltadas a esse público, mas com o intuito de fiscalizar e ter apoio desses.

4. REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UM OLHAR SOBRE A FACC

“Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho”. (IAMAMOTO, 1997, p. 21)

Nesse capítulo, tratamos dos principais resultados apresentados pela pesquisa referente ao trabalho social desenvolvido pela equipe multidisciplinar que atua na ONG FACC, no campo da promoção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Para isto, dividimos a reflexão em duas partes. Na primeira, observamos a percepção dos profissionais sobre a perspectiva política relativa à proteção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e, na segunda parte, relatamos os principais desafios postos aos trabalhadores.

4.1. Entre desafios, tensões e contradições: Narrativas dos trabalhadores que atuam pela defesa de direitos à infância na FACC

A preocupação com a conjuntura contemporânea e com o cenário conservador dos presentes na política brasileira colocou-se como algo central na fala dos trabalhadores da FACC. São contundentes em afirmar que não apresentam projetos capazes de lutar pela justiça social e pelo enfrentamento da desigualdade social histórica do país. Tal expectativa reflete diretamente no âmbito dos movimentos sociais e das lutas ONGs que militam e lutam pelos direitos de crianças e adolescentes, ressaltam especialmente a escassez de investimentos e uma lógica limitada de financiamentos por editais, registrado na fala a seguir:

Na própria FACC várias propostas de editais que são abertos dão conta de vinte (20) quarenta (40) mil reais que para fazer um trabalho de promoção, seis oito meses, a biblioteca que atende em média duzentas crianças 200 sendo visitada no empréstimo de livros, por mês isso não significa muito que na área do desenvolvimento humano, é uma relação lenta e desigual, principalmente nessa conjuntura de congelamento para o social na atual conjuntura e mandato do Michel Temer, embora o governo tenha criado uma coordenadoria específica. (ASSISTENTE SOCIAL/COORDENADORA GERAL)

A entrevistada complementa, falando da fragilidade que o Estado tem em articular uma participação, apoiadores que fortaleçam esse quadro de descasos e desarranjos dos direitos sociais.

A fragilidade na participação do Estado com as ONGs é algo que precisa ser revisto e entender para onde estão indo essas verbas que deveria ser voltadas para recursos na melhoria de prédios na manutenção interna e externa aqui posso citar da FACC que precisa de uma reforma na sede para melhor atender o seu público, e espaços culturais nos bairros de periferia, é necessário que se organize a casa e encontre intervenções que seja boa para nossos jovens. (ASSISTENTE SOCIAL/COORDENADORA GERAL)

Consequência desse descaso, percebemos na entrevista e nos estudos aqui explorados que o número de profissionais têm se restringido e diminuído frente às tantas dificuldades que as organizações sem fins lucrativos, de modo geral, tem enfrentado ao longo desses anos, principalmente, na conjuntura de lamentos dos direitos sociais do atual presidente que rege os rumos do nosso país com suas decisões que não favorece a classe de baixa renda da sociedade, diminuindo o número de trabalhadores na área da Assistência Social desvalorizando toda a categoria gerando com isso, desempregos e crise financeira para as famílias.

Atualmente tem menos de 80 educadores social que atua com criança e adolescentes, antes desses mandatos tinham 800 houve um desmantelamento, o fundo do direito da criança e adolescente, onde se recebia valores bem altos hoje em dia não se tem mais isso, não abrem mais editais com recurso de fundo. Algo preocupante na nossa conjuntura foi que com os novos governos e representantes que não lutam pelo bem comum de forma igualitária e realmente democrática para nosso país avançar, eles restringem os editais e tiram uma parte significativa de profissionais que milita pela garantia de direitos de crianças e adolescentes priorizando os direitos humanos deles. (ASSISTENTE SOCIAL/COORDENADORA GERAL).

O descaso das autoridades competentes e a falta dos repasses de verbas para que se trabalhe com crianças e adolescentes, em Organizações sem fins lucrativos que vise à qualidade do trabalho e não o lucro como centro de tudo, como é o trabalho feito pela FACC, se torna desafiador na atual conjuntura política pelos retrocessos que veem ocorrendo pós-mandado de Lula e Dilma, que se importaram mais com a educação e a saúde.

Podemos perceber na fala da Assistente Social - coordenação geral, que foi a partir dos governos Lula e Dilma, que se retirou essas crianças (população) do mapa da fome, onde se tinha um contingente de mais de 27 mil crianças que morriam de fome. (ASSISTENTE SOCIAL/COORDENADORA GERAL)

A educadora do Apoio Pedagógico trabalha diretamente com as crianças e analisa em sua fala, que a demanda de mais urgência é:

A questão de ter um financiador fixo para que o trabalho possa ser realizado com mais "segurança". Pelo menos ter uma garantia fixa de verbas todos os meses para ajudar nas despesas da sede, mais que não seja um recurso com valores medíocres como os que já tiveram. Mais que sejam comprometidos com um bom trabalho e

qualificação tanto para as crianças e seu bem-estar quanto para os trabalhadores. (EDUCADORA SOCIAL - APOIO PEDAGOGICO)

Outro aspecto importante direcionado ao trabalho na FACC, diz respeito ao agravamento das expressões da questão social na periferia das grandes metrópoles, onde se destaca a questão das violências e violações de direito que acontecem dia após dia na comunidade e geram um quadro de tensão muito forte tais como: maus tratos de crianças e adolescentes, violência psicológica, negligência entre outras.

Não está no Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – (DCA) por uma questão de decisão política porque a equipe ela acha que não é um lugar para se está hoje. O que a FACC compõe hoje é o conselho estadual gestor do PPCAM Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçadas de Morte e o coletivo do Fórum Nacional das Entidades executoras do PPCAM, a abordagem da FACC não está focado apenas em Fortaleza mais a nível estadual através dessa atenção/proteção e trabalha com essas crianças que estão no entorno da FACC, onde Fortaleza é pioneira em violência letal como o assassinato de crianças e adolescentes desde 2013, ano em que 10.520 crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio. Coletivamente está sendo puxado do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA), conselho gestor, comitê da Assembleia Legislativa, comitê do enfrentamento da violência letal. (ASSISTENTE SOCIAL/COORDENADORA GERAL)

Em tempos de crises e desemprego o desarranjo social prejudica toda a classe trabalhadora. Num contexto de globalização mundiais e novos desafios, novas demandas, havendo uma redução nos espaços de ocupação de trabalho dos profissionais. As principais tensões são postas em níveis de demandas diferentes. Sobre as tensões no exercício dos profissionais, o Educador comentou sobre os editais que estão escassos e suas mudanças:

A escassez na abertura dos editais dificulta o trabalho deles nas tarefas que são pertinentes as ações de promoção humana e formação limitarem esse trabalho torna cada vez mais tênue essa luta contra o crime e a pobreza de uma determinada classe social. Nos governos do antigo presidente Lula e Dilma são perceptíveis que havia um investimento maior com a população mais carente dos bairros da nossa capital e investimentos significativos que trabalhavam para melhoras das comunidades de Fortaleza e, contudo os repasses de verbas e recursos eram investidos na Educação e na Saúde com a mudança desses governos mudou também os interesses que baldeou todo um trabalho que aja vinha sendo feito por eles, é preciso que se organize a casa e vise mais investimentos para educação e formação de crianças e adolescentes. (PEGAGOGO/ EDUCADOR SOCIAL)

O Processo de exclusão social e os preconceitos presentes na sociedade, também impõem desafios aos trabalhadores sociais que precisam aprender cotidianamente a ressignificar valores e desenvolver empatia com a população usuária, historicamente estigmatizada. O esforço ético de evitar julgamentos deve ser colocado constantemente.

Conforme cita Raichelis (2011, p. 431): [...] “A reestruturação produtiva do capital, da qual resultam diferentes formas de precarização do trabalho, atinge o mercado de trabalho do assistente social” [...]. No que se trata dos serviços públicos municipais a sua descentralização posta às demandas que vão surgindo enfraquecendo a classe trabalhadora, distanciando o seu processo de avançar contra as dificuldades que a categoria perpassa, e tem que bater de frente diante de tais descontentamentos. Para a autora Raichelis (2011, p. 421) descreve sobre a precarização do trabalho não é um fenômeno novo onde:

No caso do Brasil onde a precarização do trabalho a rigor não pode ser tratada como um fenômeno novo considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano industrial as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciam mais claramente os influxos da crise de acumulação da contra reforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais. É notório que a desvalorização do salário dos profissionais é algo pertinente da categoria e que merece mais qualidade para a classe trabalhista que tem muitas das vezes se desdobrar e ser abio para trabalhar com poucos recursos tendo que administrar suas pendencias seja elas externa próprio da instituição ou internas como questões de interdisciplinaridade e atender com empatia, ética e justiça as classes de baixa, media e alta complexidade e econômica.

4.2. Aproximações teórico-conceituais sobre a atuação do Assistente Social na cena contemporânea e, as especificidades do Serviço Social nas Organizações Não Governamentais

Contudo, estes postos de trabalho apresentam múltiplos desafios, sobretudo, no que tange a afirmação de direitos sociais.

No cotidiano de trabalho, os profissionais enfrentam o desafio de estarem atentos às necessidades que a comunidade vivencia e de ao mesmo tempo, manter uma perspectiva de luta constante, determinação e projeto claros para ganhar força de melhorias para a comunidade e para os demais profissionais.

Dentre os desafios, consta o de conseguir manter uma equipe de qualidade com tão pouco dinheiro, salários baixos e condições de trabalho precário, assim como, manter uma equipe interdisciplinar que seja autônoma e que trabalhe com responsabilidade porque sabemos que nem todas as organizações são de confiança e, para trabalhar com o público é preciso conhecer esse público e trabalhar de forma clara com a comunidade para que eles percebam que há um bom funcionamento no equipamento que trabalha em prol dos benefícios de cada usuário.

Outro desafio da FACC é manter as crianças interessadas nas atividades que eles participam diariamente na instituição, e criar toda uma metodologia que encante as crianças

gerando gosto pelos estudos e que gostem de ler e escrever; conseqüentemente, fazer dos mesmos bons cidadãos no futuro, um dos motivos de reeducá-los para que eles sejam formados desde pequenos na construção de vida de cada um. Lutar para não perder nenhum deles para outros caminhos que possa vir a prejudicar suas vidas, como o crime, os vícios, e para as drogas.

Coloca-se com desafio a elaboração e criação de projetos que visam o fortalecimento da comunidade com o empoderamento dos sujeitos, como também, buscar editais que contemplem a FACC e não apenas os interesses de alguns com propostas que não favorece o trabalho realizado na instituição.

Uma das intervenções do profissional é saber criar ações através de planejamentos, para intervir numa demanda social, como combater com assuntos os que são problemas na contemporaneidade, como: a questão do suicídio de vários jovens que morrem diariamente por falta de uma ocupação, ou até mesmo alguém que possa vir a oportunizar na descoberta dos talentos/funções produtivas para todos; assim, esses jovens iriam se afastar da ociosidade.

Esse momento foi muito importante e como nas outras entrevistas, essa não foi diferente. Pode trazer respostas e reflexões valiosas para o seguimento da pesquisa e essas trocas de ensino-aprendizagem, enquanto acadêmica de Serviço Social. Ainda sobre a compreensão do entrevistado sobre a contribuição de uma boa gestão, traz para toda a organização:

Compreender que a gestão, além de ser administrativa tem um viés por trás formado na academia em Assistente Social é um ponto que merece ser frisado, isso vem contribuindo e tem dado muito certo, não somente pelos avanços ao longo desses 30 anos de atuação e trabalhos árduos e eficazes na comunidade, mas por toda uma sensibilidade e olhar humano que tem apostado no empoderamento dos sujeitos que tem seus direitos e merecem que esses direitos sejam sim, garantidos e no seio familiar que deva ser resgatado e, na propagação de uma cultura de paz para as periferias que não são assistidas pelos órgãos competentes que deveria ser. Mas existem "governos e governos", e no processo de trabalho voltado para amar o outro, respeitá-lo e saber que precisamos os dos outros para mudar o mundo e os rumos do nosso Brasil, acreditando que as crianças são um presente que merecem participar mais e serem ouvidos, para a partir daí, os adultos decidirem o que é melhor para eles. (PEDAGOGO/ EDUCADOR SOCIAL)

É perceptível que a contribuição desse profissional para a sociedade é relevante, como também, para a sua vida particular. Pois, todo profissional tem que saber trabalhar seu lado humano, suas subjetividades e somar isso a sua carreira e atuação profissional. É como levar benefícios e garantir direitos que são violados para a sociedade sendo que ele não pode deixar de equilibrar seus valores e caráter, trabalhando sempre na sua formação pessoal para não

deixar de ter uma escuta qualificada e, antes de querer ter um bolo pronto, entender que o processo de elaboração e técnica desse bolo é fundamental para que nada se perca.

Ao realizar a terceira entrevista na instituição Frente de Assistência à Criança Carente – FACC em Fortaleza/ CE, tivemos uma privilegiada oportunidade de conversar, com uma jovem de nossa mesma faixa etária e percebemos que apesar de ser a sua primeira experiência enquanto acadêmica de pedagogia, ainda em formação (estudante), nova nessa área, é mais uma jovem que tem muita vontade de somar, que tem responsabilidades, é comprometida com a formação pessoal e profissional dela, mas, sobretudo, com as crianças e adolescentes na FACC e, que desenvolve um trabalho fundamental no apoio pedagógico, no período da manhã e da tarde na organização, dando esse suporte a essas crianças de faixa etária entre cinco até os doze anos incompletos. A educadora do Apoio Pedagógico relatou:

Eu estou satisfeita com o trabalho que venho realizando na ONG e fico muito feliz quando uma semente é plantada e podemos ver os frutos, quando nós conseguimos um trabalho digno e entramos nas universidades, conseguimos traçar nossos projetos de vida mais assertivos o que faz diferença na comunidade. (EDUCADORA SOCIAL/ APOIO PEDAGOGICO).

Tivemos a oportunidade de presenciar um diálogo muito rico, uma experiência particular, única, de uma história de vida pessoal, com um peso singular, que a entrevistada pode contribuir nessa pesquisa voltada para o trabalho do Assistente Social. Assim como, visualizando a participação nos movimentos sociais em que esse público se insere, para melhorias tanto do trabalho, como no seu fazer profissional, quanto para descobrir o melhor caminho que consiga viabilizar direitos.

Esta profissional mantém a participação dos filhos dentro da FACC, sua filha é uma jovem que atua junto ao projeto da juventude, nas apresentações de teatro, e nos eventos voltados para adolescentes, o outro filho diz ter o sonho de cursar educação física, para buscar uma melhor qualificação, ele ensina as crianças da FACC judô que é um esporte fundamental para a questão do aprendizado das crianças e essa parte, de esporte, lazer e entretenimento para as crianças e adolescentes vem dando certo.

Os profissionais vêm apostando nisso como algo que contribua para o crescimento pessoal das crianças, e jovens da comunidade e até nos estudos, nas escolas. Há precariedade de um espaço de lazer, uma boa praça, que seja bom para o desenvolvimento das crianças do bairro. É muito importante a questão de está participando desses movimentos sociais pelo fato de que é necessário lutar, e fazer com que o trabalho com as crianças não pare, que continue e eles possam dá sempre o melhor enquanto equipe e pessoas cidadãs. (PRESIDENTE)

Criar e educar os filhos, garantindo a eles o usufruir de todos os direitos de que são titulares como pessoas humanas em situação de desenvolvimento, tem sido uma tarefa muitas vezes impossível de ser cumprida pelas famílias submetidas a condições de vida precárias, sem garantias, principalmente nas periferias onde são menos assistidas, por isso, é necessário o fortalecimento de políticas públicas e melhorias na vida da população.

Ainda sobre os desafios que a coordenadora da instituição frisou no momento da entrevista em tentar desenvolver uma autogestão com mais autônoma de toda a equipe interdisciplinar, para assim, inter-relacionar os papéis de cada um para que o trabalho seja mais concretizado e que cada pessoa que compõe essa equipe, possa perceber a sua funcionalidade dentro do equipamento com mais empoderamento e que esse trabalho tenha seu devido reconhecimento. De acordo com

Desenvolver uma alta gestão, que todos estão preparados para irem para outros espaços fazendo representação, todos estão cientes da sua missão, trabalha numa perspectiva de alta gestão e se deu certo foi porque cada um ajudou a construir. E as crianças sabem, percebem isso para elas é algo positivo, sem ter que fazer essa corporificação de ideias, nesse modelo de gestão. Eles são os reflexos dos pais deles ensino de casa vou pra rua também e em sua maioria eu percebi que falta justamente isso mais tempo dos pais com os filhos até nessa questão de ensinar as tarefas que eles trazendo da escola e fazer diariamente o mínimo dele é dever de cada um, para assim inter-relacionar os papeis de cada um. Uma gestão administrativa mais autônoma gera uma competência melhor e que flua um trabalho que todos estejam cientes do seu papel e do papel de cada um naquela instituição para que estejam trabalhando, politicamente e para onde vamos? Viabilizar direitos, ouvir o outro, ter empatia pela causa, buscar ser pessoas melhores parte de cada um e as crianças observam os profissionais a forma como eles trabalham e tem eles como espelho ou seja, bons exemplos para tentar se motivar e encontrar novos propósitos de vida, eles acabam percebendo essa alta gestão e encaram isso como algo positivo.(ASSISTENTE SOCIAL/ COORDENADORA GERAL)

A questão de conseguir manter uma equipe de qualidade com poucos recursos para manter a instituição e mais valorização dos profissionais também é algo que pode ser registrado como um desafio posto a classe trabalhadora da ONG. De acordo com a entrevistada 1:

É um grande desafio se auto sustentar, trabalhar mais na parte de luta por melhorias para os profissionais, melhore qualidade de trabalho sem focar no lucro como mero centro de tudo; mas, para se ter isso, como um direito a ser assegurado, os profissionais que realizam um trabalho tão importante na comunidade de risco e em vulnerabilidade social, os problemas vão surgindo com o decorrer do tempo e buscar estratégias favoráveis e benéficas para as crianças e adolescentes assistidas do equipamento trabalhando na criação de ações de promoção e fortalecimento dos direitos humanos de cada um, combatendo com a violência urbana da cidade de Fortaleza. Quando você fala de demanda isso se chama auto sustentar. Ter uma qualificação maior no trabalho, questão do salário, o desafio de fazer um plano de carreiras, uma plataforma, de forma geral, deveria pensar internamente no seu corpo funcional isso é um desafio. Manter uma diretoria ampla, que conseguisse se efetivar mais, que as pessoas que trabalham tivessem direito a um plano de saúde mais

garantia de um bom salário, um programa que cuidasse do educador que fosse bem sistemático. Quais são as estratégias que eles têm que programar, para não perder as crianças para a violência, não perder os jovens, como garantir estratégias que seja inovadora e que apaixonem os meninos, para que eles permaneçam na atividade que os educadores realizam. (ASSISTENTE SOCIAL/ COORDENADORA GERAL)

Na referente instituição eles realizam trabalhos semanais, como: atividades internas com formações e trabalhando temáticas com o público infantil, mas também existem grupos de voluntárias e formação humana para os pais das crianças que são assistidas na FACC. Estas trabalham questões de fortalecimento com os direitos humanos para a população e compete ao Assistente Social, trabalhar essas questões com a comunidade fortalecendo a educação dos filhos e empoderando a comunidade.

O processo de trabalho é de segunda a quinta feira com o público específico, porque na sexta eles dedicaram a fazer as atividades externas, relatórios do Assistente Social, conclusão de processos, elaboração de projetos. Na instituição Frente de Assistência à Criança Carente – FACC eles trabalham com todas as temáticas que envolvem esses temas, como por exemplo: “O ano das Marias” trabalha sobre a questão do empoderamento feminino no ano de 2018, Viva as Marias é relacionado aos direitos humanos, trabalha com direitos dos povos indígenas, negros, levando palestras e conhecimento para as pessoas, o respeitar. Direito ao letramento, a leitura, toda plataforma é voltada para isso, cidadania. (ASSISTENTE SOCIAL/ COORDENADORA GERAL)

O projeto social trabalha com duas linhas de ação preventivas que vai diretamente ao atendimento da comunidade local e, há um programa que tem por nome PPCAMM que protege crianças ameaçadas por morte de alta complexidade e, atualmente, é o único projeto que é financiado com recursos e repasse de verbas para a FACC.

Trabalhamos em duas linhas de ação preventiva que é o atendimento direto as crianças e seus familiares na sede da organização, e na dimensão da garantia de direitos trabalha com o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte- (PPCAM) de alta complexidade, que tira ele da sua família e coloca em outra condição que possa ser resguardado a sua vida, para ter uma retomada com a família ou não. No Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM as ações na acontecem às segundas-feiras junto com toda a equipe que se reuni. A sede do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM não é na FACC por uma questão de segurança, eles ficam em outro local que é sigilosa. A FACC funciona no horário comercial de oito os onze da manhã e de treze horas às dezesseis e trinta. As atividades externas são as ações do próprio programa de proteção. O plano decenário foi uma grande conquista, um Projeto chamado "Fala Sério", é muito importante para a inclusão desses adolescentes e crianças nos espaços coletivos e universidades onde eles mesmos participaram desse evento, em que essa participação acaba por formar multiplicadores de conhecimentos e opiniões uns com os outros. (ASSISTENTE SOCIAL/ COORDENADORA GERAL)

Sobre o trabalho do Assistente Social na FACC segundo a visão da Educadora Social, os avanços e contribuições do profissional da Frente de Assistência à Criança Carente (FACC):

O trabalho do Assistente Social, do Serviço Social é importante na FACC justamente por que a coordenadora geral é formada em Serviço Social, isso traz uma série de bonanças na resolutividade de articulação e no cotidiano do seu trabalho profissional na execução de ações sociais e criação de projetos. Trabalhar com crianças e adolescentes para a gestão geral, sendo Assistente Social tem uma contribuição muito feliz para todos. Os principais avanços se dão pelo seu trabalho, que eles tenham ao longo da sua vida projetos de vida mais assertivos, que eles mudem seus horizontes e consigam ver que além de uma montanha, tem um leque de novas possibilidades; alguém, a comunidade em si lhes oferece condições muitas vezes não muito boas para a suas vidas. Que eles possam acertar na escolha de suas escolas, universidades, arranjos familiares, estabilizarem um bom futuro. E não é porque seus pais e avós não tiveram que eles vão deixar de lutar e tentar que seus objetivos sejam melhores que os dos seus familiares e, até proporcionar melhorias para suas famílias. Participar de espaços de educação e fortalecimento de vínculos no trabalho juntos ao terceiro setor e as escolas e Fóruns, conferências que trabalhem em prol do bem comum de todas essas pessoas é importante. Para fortalecer os direitos humanos eles também trabalham com as virtudes (temperança/ resiliência/ polidez/ respeito /amor), "o eu com o outro e o eu com o mundo" todos os meses, levando temas que são trabalhados em conjunto e em rodas de conversas e acolhidas e nas suas atividades normais dentro do equipamento sociocultural. (PEDAGOGA/ EDUCADORA SOCIAL)

Sobre o desenvolvimento do trabalho profissional Iamamoto (1997, p. 20) cita que, “o seu trabalho deve ser pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária”. Então, vamos entender o que é competência e atribuições do Serviço Social segundo os artigos:

O grande diferencial de o Assistencial Social trabalhar nessa organização com essa metodologia carregando além do seu lado profissional seu lado humano, é uma perspectiva de que trabalhar com as famílias e inculcar neles o amor mútuo, principalmente em casa, resgatar os laços familiares para com isso ser bons filhos, ótimos alunos e excelentes cidadãos é primordial.

Segundo o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006), a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, enquanto políticas sociais, devem se apoiar nas famílias da comunidade promovendo a inclusão e superação de vida. É desafiador para os profissionais que trabalham em ONGs, mas compete a esses profissionais ter planejamento adequando e sistematizar ações de inclusão e garantir direitos numa seara de vulnerabilidade social.

A defesa dos direitos e a universalização dos acessos devem articular a proteção social das crianças e adolescentes às políticas de apoio às suas famílias. Em suma,

políticas sociais devem apoiar as famílias no cumprimento de suas funções de cuidado e socialização de seus filhos, buscando promover a inclusão social e buscar a superação das vulnerabilidades, sendo também necessárias políticas e ações voltadas para proteger as crianças e adolescentes quando os seus vínculos familiares estão fragilizados ou rompidos, oferecendo atenção especializada e acompanhamento sistemático em programas de orientação, apoio e proteção no contexto social. (PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, 2006, p. 54).

Os profissionais trabalham numa perspectiva de uma equipe interdisciplinar, humanizada, conhecendo todos os problemas familiares, sabendo quem são as pessoas que trabalham, quais são esses problemas e a situação familiar de cada um, se precisar de apoio cada um consegue apoiar-se.

Observamos que a participação social é um elemento central do processo de trabalho na FACC. Sabendo que essa participação e atuação tem relevância, eles passam a ser protagonistas principais de suas histórias, de suas lutas e suas vidas, tentando trazer para cada seio familiar novos projetos, novos sonhos, novos rumos. Um espetáculo muito especial é realizado anualmente pelo projeto FACC e apresentado a toda comunidade. Nessa apresentação, o público participa de temáticas essenciais na vida comunitária. No ano de dois mil e dezessete, a equipe apresentou o seguinte tema: "Lagamar minha vida meu lugar". Segundo o Educador Social:

Os bairros de periferia são os que mais sofrem e são os mais excluídos nos municípios de Fortaleza, com um contingente de precariedade das mais diversas que vão desde a questão da poluição sonora à moradia desqualificada. Dos moradores dos bairros carentes posso citar o bairro do São João do Tauape/Lagamar que além de está com um acúmulo de poluição exposta nas ruas do bairro, seja pela falta de educação da própria população que já vive nessa cultura de jogar lixo nas ruas, como da manutenção debilitada dos equipamentos de coleta de lixo afetando toda uma população gerando conseqüentemente doenças e menos esperança às pessoas que vivem nessa situação. Por isso, se faz necessário lutarmos e organizar mais pautas e diálogos que melhorem a qualidade de vida das pessoas, seja elas de quaisquer classes, rico ou pobre a qualidade de vida e segurança pública e da saúde boa deve ser geral e eficaz. (PEDAGOGO/ EDUCADOR SOCIAL)

Contando toda a história de cultura e resistência da comunidade do Lagamar focando no seu perfil, nas famílias em si, na musicalidade, na cultura em forma de poesia, na criatividade, resgatando talentos das crianças e adolescentes, fazendo com que houvesse um aprendizado e ao mesmo tempo expõe-se para a comunidade e outros, as atividades que eles realizam na FACC como: judô, dança, teatro, "focalzinho", leitura, percussão em forma de batuque, a comunidade do Lagamar de forma geral, e tudo o que eles coletaram durante meses de estudo, in loco. Todo esse processo expõem as necessidades da comunidade, especificamente o público-alvo que são as crianças e adolescentes.

Sobre o planejamento da Instituição, nessa citação podemos perceber o quanto a equipe tem um cuidado incessante em elaborar de forma articulada com os direitos humanos, temas que tragam a comunidade a um momento de reflexão e empoderamento dos sujeitos, trabalhando bastante a questão da educação com prioridade e com poucos recursos, sendo o mais alto recurso o programa PPCAM de Proteção às crianças e adolescentes que a FACC trabalha na garantia do direito à vida.

Empoderamento feminino focando nesse aspecto tendo como espinha dorsal a cultura de paz tem toda uma sistematização, como: reuniões, atendimento às famílias, linha específica de arte educação, encontros feitos pela equipe e quando há outras necessidades, para que recebam a assistência devia nas unidades de saúde, psicológico e jurídica. O recurso mais alto que a FACC recebe é do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - (PPCAM), que ele tem pactuado para três anos, onde tem o grupo de voluntariado e uma diretoria que é a partir da liderança comunitária. A diretoria é bem presente se diferenciando das hierarquias. A luta diária de tentar empoderar mais pessoas da comunidade, para não só gerar conhecimento para eles mas para também fazer com que eles venham contribuir dentro da Organização, sendo considerados assim, como uma família onde uns ajudam os outros na construção de uma cultura de paz não só para a nossa comunidade, mas para o mundo de forma geral. Formar novos cidadãos e lideranças comunitárias que possam representar fora dos muros da FACC, e conhecer seus direitos e deveres na sociedade, melhorando suas condutas e resgatando valores assim como também os laços familiares e comunitários. (ASSISTENTE SOCIAL/COORDENADORA GERAL)

Como Educador Social, militante, que trabalha com um público específico, sendo este a juventude local do bairro São João do Tauape, estudado aqui nessa pesquisa. Ele tem plena consciência e isso destacou como algo positivo, muito pertinente e que venha a contribuir na sua formação profissional, dando para a comunidade um diferencial que é lutar pelos direitos de todos por melhores condições de vida, uma qualificação maior para todos na questão da alimentação, na propagação da diversidade, no trabalho árduo e contínuo com a juventude da periferia, e na incidência de poder participar nesses espaços para tentar contribuir de alguma forma na vida dessas pessoas. O objetivo que esse educador contempla para sua vida se dá em: potencializar isso através da sua "veia", voltada para arte que lhe dá toda uma marca singular para seu trabalho realizado junto às comunidades. Relata que:

Gerar isso na vida desses adolescentes fazendo com que haja toda uma mudança nas suas vidas por meio do teatro, métodos lúdicos e metodologias que trabalhem o resgate dos talentos que venham existir no bairro é algo que merece todo um olhar especial a tais intervenções, que são eficazes na vida desse público. A diferença está em mudar a libertinagem e abusar da liberdade, fazendo coisas erradas e irresponsáveis. O libertino não reconhece limites nem regras. Transformar isso para liberdade de expressão é apanágio da natureza racional do indivíduo, e é o direito de qualquer um manifestar, livremente, opiniões, ideias e pensamentos pessoais sem medo de retaliação ou censura, por parte do governo ou de outros membros da sociedade. (PEDAGOGO/ EDUCADOR SOCIAL)

A organização que trabalha na perspectiva de garantia de direitos de crianças e adolescentes e na atuação do eixo de promoção humana, ações essas, que viabilizam que seus direitos não sejam violados e o fortalecimento dos direitos humanos junto a Casa Civil com o apoio do Governo do Estado de Ceará é o principal financiador que trabalha na luta pela vida e o programa que vem para proteger as crianças que são ameaçadas de morte – PPCAM. Trabalha nessa linha de assegurar a vida é uma nova perspectiva de cultura de paz, que acontece na tentativa árdua de restabelecer os laços afetivos com a família, sociedade e fortalecimento de vínculos das crianças.

Para uma ONG se manter é preciso criar Projetos/Programas, como também participar das chamadas públicas engajando a população local na participação comunitária de temáticas sobre direito das mulheres, direitos humanos, empoderamento dos jovens, drogas, prevenções, racismo, diversidade (tabus) etc. Segundo Gohn (2009, p. 34), “A co-gestão democrática dos trabalhos desenvolvidos com a comunidade é um suposto e um pressuposto insubstituível”.

Para manter a Organização em uma Comunidade e a permanência da credibilidade dessas competências com seu trabalho, a estratégia é levar esse público a uma maior participação na militância pela garantia desses direitos fundamentais como a educação, saúde, esporte, lazer, segurança, alimentação entre outros. Fortaleza expressa essa carência de mais investimento na garantia dos direitos fundamentais e na qualidade de ações concretas que melhorem o trabalho nas ONGs.

De acordo com o entrevistado 6:

A própria gestora da casa por ter uma militância muito aplausível, todos os seus esforços para conquistar tantas coisas positivas à comunidade do bairro São João do Tauape, não parou por aí não, o que percebemos é que apesar de estarmos ultrapassando momentos bem delicados e retrocessos na atual conjuntura política, no que se trata da ética de cada um, e também da regência do nosso país pelos nossos representantes que estão com essas responsabilidades em mãos, há uma vontade de seguir em frente e avançar cada vez mais, pois não podemos deixar de citar novamente, que a FACC é gestora do Programa de Proteção das Crianças e Adolescentes – PPCAM, e luta pela vida e não a violência e morte de nossas crianças e adolescentes. (ASSISTENTE SOCIAL/ ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA)

É necessária uma integralidade de todas as esferas, o Estado e suas autarquias, as empresas legais/mercado, e a associação sem fins lucrativos, que posam está realizando uma ação que a prefeitura não tem como dar conta, diante da grande demanda existente.

A qualificação do profissional que trabalha é importante porque ele passa no seu cotidiano diferentes dificuldades, que estão expressas na própria comunidade em que o mesmo passa a conhecer nos espaços de convivência familiar, tendo que lidar de maneira

flexível, na garantia de direitos da população vulnerável e na fiscalização para que seu direito não venha a ser violado. Precisamos unificar forças, enquanto categoria social, e mudar a nós mesmos, para lutarmos por melhorias para toda a nossa sociedade.

Para Yamamoto (2007, p. 361), “Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sobre a sua direção, tendo no voluntariado um especial protagonista”.

Um dos pontos que chamou a nossa atenção quando fomos dialogar na entrevista sobre como fortalecer os direitos humanos, foi quando a Coordenadora geral disse sobre a questão do letramento: “nosso objetivo é trabalhar para uma construção educacional em que a criança faça uma boa leitura de sua própria vida, gerando para além do espaço físico. Uma biblioteca motiva-os a querer gostar de ler, a ter o prazer em ler bons livros para auxiliar na sua carreira estudantil, fazendo disso uma tarefa fácil e prazerosa, por isso, são elaboradas atividades lúdicas e criativas para atrair esses meninos para a aventura em ler bem, entender, e gostar de escrever”.

Segundo a Coordenadora, foi com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que podemos perceber de forma detalhada, os direitos garantidos constitucionalmente, explicitando os mecanismos de participação popular e fiscalização das políticas públicas de atendimento a essa população.

Com menos de trintas anos de implantação do Estatuto sendo uma lei muito nova e que não conseguiu transitar por várias gerações, de certa forma já alcança muitos resultados positivos que se formos medir a visibilidade, obtemos resultados positivos. O mesmo tem amenizado essas relações de descasos com os grupos vulneráveis da sociedade como as crianças, que não era considerado sujeito de direitos, teve os seus avanços históricos, contudo, tardios e muito criteriosos. (ASSISTENTE SOCIAL/ COORDENADORA)

Ainda segundo a Coordenadora geral, um dos avanços com ela pode citar foi às escolas de conselho no Brasil:

As escolas de conselho no Brasil foi um avanço que a partir dessa formação de conselheiros de direito agentes que estão tanto na estrutura pública quanto privada e da sociedade civil organizada assim como os conselheiros tutelares pode fazer uma mudança. Dando mais respaldo na área da educação e o papel dos conselhos tutelares junto às comunidades e os movimentos de lideranças comunitárias é um forte aliado aos interesses da comunidade e das minorias que estão à margem da nossa sociedade que é desigual e excludente em sua boa parte visando interesses de somente uma classe. (ASSISTENTE SOCIAL/COORDENADORA)

Para que um melhor atendimento seja oferecido à comunidade local, a FACC está legalmente respaldada obedecendo à tipificação nacional, com o reconhecimento de

organização sócio assistencial, como também a Política Nacional de Assistência Social, tendo como base de referências legais, que empoderam o trabalho dentro da comunidade para diversos momentos de palestras e formação humanitária como: Lei Maria da Penha, Lei do Idoso, temas que envolva os povos indígenas. Recentemente, teve um evento que a FACC realizou e fez o convite à primeira Cacique Pequena, líder comunitária e forte na luta dos povos indígenas do município de Aquiraz, onde ela relatou a comunidade, mães, crianças, profissionais do Projeto FACC, a suas lutas diárias e resistência, sendo ela, um grande referencial para outras mulheres e tendo importância não somente na sua comunidade como também fora dela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo, analisar em que consiste os desafios apresentados no cotidiano do trabalho do Assistente Social e da equipe multiprofissional que atua em Organizações Não Governamentais, tendo como foco a ONG Frente de Assistência à Criança Carente (FACC).

Um ponto de relevância para nosso estudo são os motivos principais dessa pesquisa, que fortalece os direitos humanos e fiscaliza os governantes para uma maior eficiência nas execuções de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Observamos que os trabalhadores da FACC colocam-se como militantes dos movimentos sociais no campo dos direitos da criança e do adolescente. Este posicionamento impacta diretamente, no compromisso da equipe que mesmo diante de um cenário de precarização do trabalho, organizam estratégias para garantir a efetivação dos direitos da população atendida.

Posto isso, conforme os resultados dos interlocutores, a precarização desse trabalho se dá por que existe uma escassez dos editais, que não atendem de forma suficiente as necessidades da comunidade, uma parceria fixa que dê um suporte a ONG, assim como identificamos, que falta um olhar mais cuidadoso com os militantes que trabalham com a infância, como um plano de cargo e carreiras, uma melhor remuneração salarial, pois estão como celetista para atender a demanda populacional carente dessa intervenção.

No que diz respeito à questão dos desafios enfrentados pelo Assistente Social para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes na FACC, percebemos que entre os principais desafios, destacamos: a questão da luta pela participação de crianças e adolescentes em instâncias de controle social, tais como: Fóruns, Universidades, Assembleias, conferências, etc..

Isso proporciona ao público-alvo (pessoas da comunidade), melhores condições de vida pessoal e comunitária, mostrando também a prestação de conta dos gastos e a boa gestão dos recursos financeiros, definirá a continuidade do funcionamento e, conseqüentemente, os horizontes do projeto.

Portanto, esses processos devem estar claros para a organização, ou seja, a construção do plano de captação e a boa relação com a entidade financiadora, além disso, a participação das autoridades competentes vindo como suporte para as ONGs.

Contudo, para além das dificuldades enfrentadas pelos profissionais da ONG FACC, esses militantes não desistem de lutar pelos direitos das crianças e adolescentes nos espaços

de ocupação ligados aos movimentos sociais, que mesmo passando por momentos tênues, desafia e enfrenta as fragilidades que a profissão perpassa, mesmo com poucos financiadores e a falta de apoio que alimenta a continuidade desse trabalho social comunitário.

É necessário que as políticas que amparam a criança e o adolescente embasada no ECA, possam levar as famílias a enfrentarem a desigualdade, para junto com as instituições que trabalham com esses sujeitos, sejam valorizadas e desenvolvam um trabalho sócio educacional que leve ao crescimento de seus filhos e, conseqüentemente, reduza a ociosidade desses jovens e crianças.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal 8.069 de 13 de Julho de 1990.
- Cartilha da Regional II** Uma publicação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará-LabVida-UECE, Laboratório de Estudos da Conflitualidade da Universidade Estadual do Ceará-COVIO-UECE, Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará-LEV-UFC Organização Ricardo Moura Coordenação Geral Glaucíria Mota Brasil, 2011.
- CRESS-3 Região sob o título: **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas ético-políticas**. Coleção Debate nº 6. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, dez. 1997.
- DEMO, P. **Desafios modernos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DURIGUETTO, M. L. **A teoria dos movimentos sociais em debate**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 1, n.1, p. 67-84, jan./jun. 2001.
- _____. **“Conselhos de Direitos e intervenção profissional do Serviço Social”**. in BRAVO, Ma. I. e MENEZES, J. S. B. Saúde, Serviço Social. Movimentos Sociais e Conselhos. SP: Cortez, 2012.
- _____. **A questão dos intelectuais em Gramsci. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.
Disponível em:<https://www.unicef.org/brazil/pt/media_30280.html>. Acessado em: 13/Jun/2018.
- FUZIWARA, A. S. **Contribuição do assistente social para a área da justiça da infância e da juventude: o laudo social e a aplicação da lei — encontros e desencontros**. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica, Faculdade de Serviço Social, São Paulo, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social** Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.28-43, jan./abr. 2009.
- _____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- _____. **500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos sociais, ONGs, e terceiro setor**. Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun.,2000.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Secretaria do Trabalho e Assistência Social**. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/comdica-lanca-edital-para-parcerias-em-programas-> ACESSO EM: 13/Jun/2018.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro. Trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2007.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=1&id=1&idnoticia=2010-associacoes-sem-fins-lucrativos-tem-percentual-maior-empregados-nivel-superior&view=noticia>>. Acesso em: 15/Fev de 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. (1985). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, J.R. **Mínimos sociais, cidadania e assistência social. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 58, p. 94-108, 1998.

MROSC. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014** Secretaria de Governo da Presidência da República, Laís de Figueirêdo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochardt – Brasília: Presidência da República, 2016.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO. M.S (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. Serviço Social & Sociedade**. São. Paulo. N. 104. Especial out./dez.2010.

SALES, M. A. Política de direitos da criança e do adolescente: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALES, MioneA.; MATOS, C.; LEAL, Maria C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 2006.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Impasses da Cidadania**. Ibase. Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Creusa da Costa. **A responsabilidade social como uma fonte de captação de recursos financeiros**. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida (UVA), 2009.

TEMPORALIS, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social brasileira nos anos 90: refilantropização da Questão Social**. In Cadernos ABONG nº 11, 1995.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO A - Entrevista semiestruturada aplicada junto aos Assistentes sociais que trabalham na Organização Não Governamental - ONG: Frente de Assistência à Criança Carente - FACC, Fortaleza - CE.

EIXO 1: PERFIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Estado Civil:
5. Composição Familiar:
6. Formação/ instituição:
7. Tempo de Formação e atuação profissional:
8. Comente suas principais experiências de trabalho como assistente social anteriores:
9. Cargo ou função/ atual:
10. Quanto tempo de atuação nesta instituição?
11. Como e porque começou a trabalhar nesta instituição:
12. Possui capacitações na área em que atua? Quais?
13. Situação sócio ocupacional (vínculo):

EIXO 2: Reflexões gerais sobre a luta pelos Direitos de Crianças e Adolescentes no Brasil no campo das ONGs.

1. Quais os avanços e desafios na trajetória da luta por direitos de crianças e adolescentes no Brasil e no Ceará?
2. Como você percebe a lutas/movimentos sociais desenvolvidos pelas ONGs que defendem os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, no Ceará e especialmente em Fortaleza?
3. Quais as principais diretrizes e referências legais para o trabalho de defesa de crianças e adolescentes nas ongs?
4. Como você percebe a relação entre as ONGs, o Estado e a políticas Públicas?
5. Quais as principais estratégias de articulação coletiva das ONGs no Brasil e em Fortaleza? (agenda).

EIXO 3: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG FACC

1. Descreva a instituição em que trabalha (origem, profissionais, projetos ações, publico alvo atendido, convênios e parcerias).
2. Quais as principais demandas da instituição?
3. Descreva o processo de trabalho do Assistente Social nesta Instituição?(falem da sua rotina/ cotidiano, principais atribuições e competências)
4. Quais as principais avanços e desafios do seu trabalho no cotidiano da ONG?
5. Como se dá a captação de recursos na FACC?
6. Como se dá a promoção de ações dentro da ONG para fortalecer os direitos humanos desse público?
7. Você está satisfeito com seu trabalho? Justifique sua resposta.
8. Quais as especificidades e o diferencial do trabalho do Assistente social em ONGs e especialmente nesta instituição?
9. Quais as principais estratégias de fortalecimento do Projeto Ético- Político do Serviço Social?

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO B - Entrevista semiestruturada aplicada junto aos profissionais que trabalham na Organização Não Governamental - ONG: Frente de Assistência à Criança Carente - FACC, Fortaleza/CE.

EIXO 1: PERFIL DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Estado Civil:
5. Composição Familiar:
6. Formação/ instituição:
7. Tempo de Formação e atuação profissional:
8. Comente suas principais experiências de trabalho anteriores:
9. Cargo ou função/ atual:
10. Quanto tempo de atuação nesta instituição?
11. Como e porque começou a trabalhar nesta instituição:
12. Possui capacitações na área em que atua? Quais?
13. Situação sócio ocupacional (vínculo):

EIXO 2: A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA OS PROFISSIONAIS NA ONG FACC.

1. Descreva a instituição em que trabalha (origem, projetos ações, publico alvo atendido, convênios e parcerias). Quais as principais demandas da instituição?
2. Como você vê a contribuição do trabalho desse profissional para a ONG FACC?
3. Quais as principais avanços e desafios do seu trabalho no cotidiano da ONG?
4. Como você percebe as lutas/movimentos sociais desenvolvidos pela FACC que defendem os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, e especialmente em Fortaleza?
5. Como se dá a promoção de ações dentro da ONG para fortalecer os direitos humanos desse público?
6. Você está satisfeito com seu trabalho? Justifique sua resposta.
7. Qual o diferencial do trabalho do Assistente social nesta instituição para você?

ANEXO A



Fonte: Juventude positiva – evento Solidart, 2017.



Fonte: (Evento na Assembleia Legislativa – Conferencia Municipal Popular de Educação, 20018).



Fonte- (Projeto Fala Sério formando crianças e adolescentes para a participação na política de direitos humanos de crianças e adolescentes do estado do Ceará, 2018).

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: **O trabalho social na ONG FACC: reflexões sobre a luta de direitos para a defesa de Crianças e Adolescentes em Fortaleza-CE**. Desenvolvida por **Larissa Rodrigues Campos**. Fui informada (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por **Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é compreender em que consiste o trabalho social para a promoção de defesa de crianças e adolescentes. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Fortaleza, ____ de _____ 201 ____.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:
